



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 05/09/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Boa tarde, senhoras e senhores.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio ambiente, declaro abertos os trabalhos da 25ª Audiência Pública, do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente desde o dia 04/08/2022, no *Diário Oficial da Cidade*; no dia 31/08/2022, no jornal *O Estado de S.Paulo* e no dia 01/09/2022, no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 10 de agosto. E também poderão ser feitas aqui, de forma presencial, com os secretários da Comissão.

A reunião está suspensa por alguns minutos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Reabertos os trabalhos.

Presentes conosco os Vereadores Rodrigo Goulart, Aurélio Nomura, Ely Teruel, Daniel Annenberg, Cris Monteiro, Rute Costa, Fabio Riva e Sandra Tadeu.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Presidente, uma pergunta, nós temos o texto final?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim. Já está sendo repassado nesse momento, a Marcia já está passando para todos nós.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Marcia. Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos chamar para compor a Mesa conosco as Sras. Rosana Yamaguti, representando o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento Marcos Duque Gadelho; Ana Carolina Lafemina, Secretária Adjunta, representando o Secretário Municipal das Subprefeituras, Alexandre Modonezi de Andrade e Fabricio Cobra Arbex,

Secretário da Casa Civil. Depois, vou chamando os demais que estão conosco.

Passo a palavra para o Secretário Fabricio Cobra, para expor o trabalho que foi realizado até o momento.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Boa tarde a todos. Obrigado, Presidente, Vereador Paulo Frange.

Cumprimento os Vereadores presentes aqui na Mesa: o Rodrigo Goulart e a Sandra Tadeu, mas *on-line*; o Líder do Governo Fabio Riva; Aurélio Nomura; Cris Monteiro, são os que estou vendo, mas acredito que há outros Vereadores também; Carolina, que na verdade é a Secretária das Subprefeituras em exercício; a Rosana, representando a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento; vemos aqui várias pessoas da sociedade civil, que já estiveram em outras audiências públicas, estiveram em conversas com os Vereadores, inclusive, com o Governo também.

Peço desculpas, estamos fazendo um último ajuste sobre uma questão legal que tinha impacto em outras leis. Então, houve uma preocupação do corpo técnico disso gerar impacto em outras leis, aí só fizeram um pequeno ajuste, para que não tenhamos nenhum tipo de outros impactos.

Mas vou passar a ideia, o que foi feito, tem uma equipe técnica, fruto de todo o trabalho que foi feito aqui pela Câmara dos Vereadores, contribuições de Vereadores, ouvindo essa oitiva da sociedade civil das audiências públicas, que foi muito importante. E o corpo técnico da Prefeitura, a Secretaria das Subprefeituras e também a Secretaria de Licenciamento, fez um texto em conjunto com os Vereadores, que pudesse gerar um equilíbrio naquelas demandas que foram colocadas, para que tenhamos um texto possível de ser analisado pelo Plenário, por todos os Vereadores.

Vou passar a palavra para a Rosana, por mais que eu esteja envolvido, esses termos técnicos, não sou especialista em urbanismo. Então, acho que ela vai só falar alguns pontos, os pontos que foram alterados na lei.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Antes da Rosana falar, só um

esclarecimento, nós temos um texto para hoje, vamos ter a audiência pública e, portanto, esse texto é objeto que será tratado no Plenário para votação ainda em primeira. Portanto, não tem nenhum texto terminativo, ou seja, nós não estamos votando o projeto em fase final, ele volta para uma segunda votação em seguida.

Portanto, esse texto ainda pode ser aprimorado mesmo com a votação que vai acontecer do que será apresentado até aqui. Portanto, as sugestões são bem-vindas e não existe nada aqui intransponível, nada que não possa ser rediscutido.

Rosana, tem a palavra. Obrigado.

A SRA. ROSANA YAMAGUTI – Boa tarde a todos e todas, boa tarde a todos da Mesa, vou falar brevemente então sobre essa forma do substitutivo. O PL em si foi construído em cima da cumulatividade que esse conjunto de cozinhas causa, o impacto que essa cumulatividade causa quando instalado em sua vizinhança.

Então, esse substitutivo traz um enquadramento para a atividade de *dark kitchens*, como Ind-1b, para um conjunto de três a 20 cozinhas, limitada a uma área construída de mil metros quadrados. E como Ind-2, se ultrapassar 20 cozinhas ou mil metros quadrados, passa a ser exigido um memorial de caracterização do empreendimento que vai ser avaliado, mas que não implica necessariamente numa licença ambiental, ele vai entrar na Norma de Licença Ambiental, se for o caso.

Exigimos também condições de instalação diferenciadas para esse tipo de atividade. Isso inclui a previsão de área interna para o estacionamento e a não utilização do passeio público para os motoqueiros, para os entregadores; a instalação de sanitários adicionais para abrigar esses entregadores; de um abrigo de lixo que seja compatível com esse conjunto de cozinhas e a responsabilidade por esses entregadores passa a ser da Dark Kitchen em si.

A atividade não será considerada de baixo risco, isso implica que a edificação tem que ser regular para a sua instalação e também é previsto um regime de transição para as atividades que já eram instaladas. Basicamente é isso. Posso entrar em mais detalhes se for necessário.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ROSANA YAMAGUTI – Um regime para o que já existe está previsto uma questão na lei.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O texto já está no grupo dos Vereadores, já foi encaminhado.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu vi, eu recebi, Vereador Paulo Frange, eu só tenho uma dúvida com relação ao que a representante da Secretaria falou sobre as em transição. Vai ter um período, não sei se isto está contido, perdão, acabei de receber aqui, vai ter um período de transição para elas ficarem de acordo com as novas normas?

A SRA. ROSANA YAMAGUTI – Vereadora, é o Art. 10 desse substitutivo, acho que prevê um período de 180 dias para adequação.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereadora Sandra Tadeu.

A SRA. SANDRA TADEU – Eu só queria fazer um questionamento, se nós não tínhamos essas normas, eu gostaria de saber como é que foi feito, ele entrou no nosso sistema da Prefeitura e pediu, como é que ele pediu esse alvará para a construção disso?

Eu antes criticava a Prefeitura dizendo que era um direito adquirido, mas na verdade quem fez foi a pessoa, usou-se da má fé e a questão da digitalização, de uma praticidade, ele não colocou que tinha 20 ou 30 cozinhas, entende, Rosana. Então, na verdade, essas pessoas estão irregulares e não é a Prefeitura que errou. Quem errou foram eles. Se eles colocassem lá que teriam 20 a 30 cozinhas, eu tenho certeza de que a Prefeitura não daria esse alvará de construção. Ou daria?

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – Eu vou começar, então, e a Patrícia complementa depois. Na verdade, essa atividade, como um conjunto de cozinhas, foi aparecer agora na pandemia. Então, a Lei de Zoneamento não prevê essa diferenciação por número de cozinhas. Portanto, a licença dela é válida porque ela enquadrou pelo zoneamento considerado

dessa atividade, que era como RN1, RN2 e RN3, em função somente da área construída.

A SRA. SANDRA TADEU – Farei um requerimento para saber como todas essas cozinhas foram enquadradas para terem o alvará dessa construção. É isso que eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Estão encerradas as inscrições, pois já estamos com mais de 50 inscritos.

A SRA. SANDRA TADEU – Então, só para encerrar, porque vou a uma reunião, já vou adiantar a vocês que não vou concordar enquanto eu não souber como foram feitos esses alvarás, porque se eu não posso liberar um serviço que não existe na minha cidade; e agora que colocaram lá eu tenho que engolir, goela abaixo; a não ser que os moradores que estiverem ao redor tenham grande desconto de IPTU, ou algo do gênero. É o mínimo que podemos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – *Okay.* Nós vamos passar a palavra aos inscritos e, depois, eu vou intercalando com os Vereadores, para que possamos fazer um misto desse trabalho entre o Legislativo e os membros da sociedade que estão inscritos.

Tem a palavra a Sra. Adriana Meinking Guimarães, do SOS Panamby.

A SRA. ADRIANA MEINKING GUIMARÃES – Boa tarde.

Eu acho um pouco complicado a gente começar uma conversa sem ter tido acesso prévio ao texto. Mas, diante do que foi informado até agora, já me causa um certo espanto que não tenha sido considerada também uma distância mínima de chaminés até as residências do entorno, porque isso é muito grave. Essas fumaças emitidas pelas chaminés são potencialmente cancerígenas.

Qualquer adequação de legislação nova que estará desrespeitando a Constituição brasileira, que diz que nós temos direito a um ambiente ecologicamente equilibrado; então qualquer atividade potencialmente causadora de impacto ambiental precisa se licenciar. E é impossível um licenciamento permitir que sejam instaladas essas pequenas indústrias com chaminés gigantescas próximas às janelas de residências.

Não dá para imaginar que isso seja possível numa cidade como São Paulo, não há como. São três metros de recuo do prédio, mais três metros de recuo, são seis metros e 30

chaminés jogando fumaça dentro do seu apartamento. Então, isso é o mínimo que a gente espera.

Eu acho que foi perfeita a colocação da Vereadora Sandra. Essas pessoas, quando se licenciaram, foi como *coworking* de escritório. Que tipo de impacto ambiental o *coworking* de escritório causa no seu entorno? Nós estamos falando de fumaça tóxica, nós estamos falando de lixo, nós estamos falando de tráfego, nós estamos falando de riscos ambientais de explosão. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, então eu também acho que isso foi má fé do empreendedor.

E, no caso do Panamby, ainda tem uma segunda má fé também, que foi a apresentação no Condephaat de plantas divergentes e omissão do que, de fato, seria instalado naquele local. É como se viesse um indulto agora. Okay, fizeram o que fizeram na Cidade e não vão aceitar, desde que eles tenham ali um período para se adequar. Como assim? A gente não pode tolerar isso, está errada.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Adriana. Tem a palavra o Sr. Fabio Hirota, Associação Amigos do Panamby.

O SR. FABIO HIROTA – Boa tarde a todos da Mesa, todos que estão me ouvindo.

Eu gostaria de mostrar novamente umas imagens que alguns de vocês, principalmente o pessoal da Secretaria, não puderam ver. É sempre bom, imagem diz muito mais do que palavras.

- O orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. FABIO HIROTA – Essa imagem é de duas *dark kitchens*, uma na Vila Romana e outra no Brooklin. Vejam o tanto de chaminés voltadas para os apartamentos que essas *dark kitchens*, que já estão montadas; não há sequer um recuo.

Existe um morador do Brooklin que, todo dia, mostra fumaça entrando no seu apartamento. Isso é inconcebível. Não dá para imaginar uma pessoa que comprou o seu apartamento num bairro residencial e, de repente, de um dia para outro, chega uma indústria e

passa a existir ali.

Outra coisa que eu acho que é imperdoável, é um absurdo, é como o pessoal que mora na Pompeia já disse: do dia para a noite, eles souberam que haveria uma *dark kitchen* ao lado. Eles se escondem, eles não informam, porque eles sabem que agridem a vizinhança.

Essa outra imagem é onde eles estão querendo construir, lá no Panamby. É uma área estritamente residencial, rodeada pelo Parque Burle Marx. Vocês podem ver o tanto de verde que existe naquela área. Além disso, há toda uma fauna e flora riquíssima, possivelmente uma das últimas de São Paulo, e estão querendo construir naquela área.

Srs. Vereadores, não podemos deixar isso acontecer. Precisamos de uma legislação forte, não só para não deixar isso acontecer, como está acontecendo no Panamby, mas em todos os outros parques, em todas as partes da Cidade. Não pode acontecer o que esses moradores têm relatado aqui. Espero que isso fique memorizado na cabeça de vocês porque realmente não dá para imaginar aquelas chaminés num lugar como o Panamby que vocês visualizaram aqui.

E me coloco no lugar desses moradores do Brooklin e da Vila Romana, que estão tendo que conviver com isso todos os dias. Eles acordam ouvindo turbina de avião do lado deles.

Aí eu dei uma olhada rápida no PL, que alguns Vereadores compartilharam conosco, e não tem nada falando com relação a esse recurso; com relação, no mínimo, à alguma coisa sobre impacto de vizinhança. Não é possível que eles vão simplesmente lá, como a Vereadora Sandra falou, por um recurso, a princípio, era para ajudar, para ser a ajuda, e eles, usando essa agilidade, escondem o verdadeiro fim deles.

De novo, não somos contra novos negócios, tecnologia, etc., só que desde que seja feito em lugares corretos e que respeitem os vizinhos também, que vão ser os consumidores dos produtos que vão ser criados, enfim, dos alimentos que vão ser feitos.

Então, Srs. Vereadores, peço encarecidamente que não somente aqui – que é um absurdo no Panambi –, mas também nos demais bairros, que seja feita a fiscalização devida, que isso é um problema também. Não adianta só lamentar, e, depois, não fiscalizar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sar. Renata Esteves.

O SR. RODRIGO GOULART – Um aparte, enquanto o Sr. Renato se coloca aqui.

Sobre o texto que vocês receberam aí compartilhado por alguns de nós, o art. 6º fala exatamente sobre essa questão das chaminés. Se vocês puderem dar uma olhada, não só da norma que foi atualizada em 2020, mas ainda nós colocamos aqui além do que está na norma de 2020.

A SRA. RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO – Boa tarde a todos.

Eu queria terminar o que eu tinha iniciado a falar para a Vereadora Sandra.

O *Movimento Defenda São Paulo*, em 9 de junho, solicitou ao Sr. Secretário Marcos Duque Gadelho, Secretário de Urbanismo e Licenciamento, que apresentasse todos os processos administrativos de licenciamento das *dark kitchens* em funcionamento. Passados três meses, nós não recebemos nenhum retorno do Secretário e não recebemos os processos. Daí, claro que, se recebêssemos, iríamos poder apurar as informações que causam surpresas a todos nós e à Vereadora Sandra também.

Eu queria dizer que nós não tivemos acesso a esse PL, a não ser hoje, de uma forma muito rápida. E o que eu posso dizer – eu sou advogada – é que esse PL traz uma série de obscuridades.

Muitas expressões, e muitas e muitas, porque ele é grande, que trazem a insegurança de que o empresário terá o bônus, certamente, do negócio dele, e certamente – eu vou dizer isso aqui com muita segurança –, a sociedade civil terá o ônus desses empreendimentos de uma forma irrecuperável, porque todos os licenciamentos são feitos por autodeclaração, as fiscalizações não estão garantidas – porque é sabido, com muito respeito às pessoas da administração que estão presentes, que a fiscalização não funciona na cidade de São Paulo, nada é fiscalizado. Se fosse fiscalizado, essa *dark kitchen* da rua Guararapes e da Vila Romana estariam fechadas, não abertas. E, portanto, já é, com o panorama que se tem hoje, absolutamente seguro afirmar que isso não vai funcionar e a sociedade civil vai ter um ônus gravíssimo irreversível. E o dano ambiental vai ser irrecuperável, tanto o ambiental como para a

saúde humana.

Eu queria dizer aos senhores que, no preâmbulo da nossa Constituição, e todas as vezes que eu venho a essas audiências, não somente de dark kitchens, como de ruído também – eu faço questão de lembrar –, o preâmbulo da nossa Constituição assegura, no Brasil, o bem-estar da população. Nós não precisamos passar do preâmbulo. Não precisamos nem chegar ao artigo primeiro. E o PL é uma segurança de que a população não terá bem-estar, o que haverá é um assegurado lucro e benefício para o empresariado, e não haverá, assegurado, bem-estar para a população.

Daí por que o *Movimento Defenda São Paulo* aproveita a oportunidade para reiterar ao Sr. Secretário o pedido de apresentação desses processos administrativos das *dark kitchens* em funcionamento; e pede aos Srs. Vereadores que, no exercício dos seus mandatos, cumpram como devem cumprir. E temos segurança que possam cumprir o que determina a Constituição Federal.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Marcus Rosier, da Vila Romana.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Presidente, só um adendo, com relação à última fala: o que a Rosana colocou foi que as licenças deixam de ser autodeclaratórias, as licenças deixam de ser de baixo risco. Então há uma mudança na legislação. Ela colocou muito a questão de ser autodeclaratório, mas, nessa minuta, já deixa de ser autodeclaratório, não é mais uma licença de baixo risco.

E, sobre a questão da Lapa, a subprefeitura agiu e, em vias de ser fechada, a empresa conseguiu uma liminar no judiciário. Quer dizer, pela Prefeitura, a fiscalização já teria sido realizada por completo.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – Boa tarde a todos e a todas.

Só complementando a fala do Secretário Fabricio.

A Patrícia me reforçou que todo esse procedimento de novas licenças está

sobrestado desde o último movimento que tivemos aqui na Câmara para essa alteração legislativa. Então não vêm sendo disponibilizadas novas licenças para esses estabelecimentos novos. É uma outra observação importante, sim, de ser feita.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – É, mas estamos dizendo de autorização de funcionamento. Eles não estão sendo... estão sobrestadas as licenças de funcionamento e todas as tratativas nesse sentido, tanto por SMUL quanto por aqui. É uma outra observação, Presidente Frange, que queríamos registrar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então é bom deixar bem claro, se é que todos compreenderam assim, que não existe baixo risco mais para essa atividade. Isso é importantíssimo, porque, como o baixo risco é para menos de 1.500 metros, aqui, nesse caso, uma vez que está usando o Ind, deixou de existir baixo risco, não tem mais.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Qualquer *dark kitchen*, todas, independentemente do tamanho: a partir de três cozinhas, não é mais baixo risco para atividade de *dark kitchen*. O conceito de baixo risco continua existindo; para *dark kitchen*, não.

Isso significa que toda atividade tem que ter o prédio regularizado, ou seja, obriga-se a regularização do prédio. Com baixo risco, poderia haver a atividade permitida e a regularização do prédio depois. Agora, aqui, não: aqui, obrigatoriamente, tem que ter a atividade permitida num prédio regular; e, para ser regular, tem que enquadrar dentro da lei. Entendeu? É uma exceção...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Você está dizendo para os que já estão instalados? Terão prazo para se regularizar.

Vou passar para os técnicos, para que respondam.

É importante deixar isso muito claro, porque, na verdade, esse é o ponto de partida de tudo.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – A Patrícia vai dar uma explicação, até das que

estão funcionando. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Patrícia, a questão da diferença do autodeclaratório...

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Isso. Essa minuta, ela...

O SR. RODRIGO GOULART – Só um aparte. Não é nenhuma burocracia técnica. O problema é que tem que ficar registrado, porque senão o MP nos culpa de uma questão técnica realmente, mas não é uma questão de burocracia. Tem de estar gravado. É uma segurança para nós e para vocês, tá bom?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – Não, mas todo mundo tem que usar o tempo, pessoal, para todo mundo conseguir falar. São mais de quantos inscritos? (Pausa) Ela vai explicar agora.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Vamos voltar, Rosana, Carol e Secretário Cobra.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – É assim, Presidente, ela fez uma fala dizendo que tudo é autodeclaratório e que a Prefeitura nunca vai fiscalizar. A Prefeitura está colocando que a minuta muda isso. O discurso é bonito, mas a gente está falando “olha, esse ponto deixa de existir”. Só está explicando tecnicamente. Aí falaram: “como é que faz com os atuais”. A Patrícia só vai dar essa explicação e a gente segue com a audiência pública e estaremos abertos a receber contestações posteriores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Exato.

- Manifestação fora do microfone.

A partir de agora...

O SR. RODRIGO GOULART – Qual artigo do projeto em que está isso, por favor?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – O substitutivo está aqui, senhor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Moreirão, assim, o Governo está aqui em todas as audiências públicas, a ideia aqui é construir, então vamos manter o diálogo com calma.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Moreirão, vamos ver se ele tem acesso ao projeto, pode não ser essa mais, a versão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Essa é a minuta original.

O SR. RODRIGO GOULART – Está aqui a versão do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Veja o atual. Vamos conferir no atual.

Gente, olha, nós vamos fazendo... Secretário...

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Patrícia, deixa... por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – E aí, Patrícia, olha, a partir de agora nós não queremos deixar vocês sem discutir. Nós queremos muito discutir. Nós estamos aqui para ouvir.

Nós vamos fazer em blocos, tá? A gente vai respondendo às perguntas em blocos, assim dá tempo de vocês voltarem e discutirem, tá bom? Para que não fique cerceado o direito de ninguém.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Eles dão as costas para nós, porque é impossível participar de uma audiência pública sem conhecer o conteúdo do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou pedir à assessoria para que providencie cópias para que a gente possa deixar nas mãos de todos, enquanto vamos tratando do assunto. Obrigado. *Ta bom.*

Outra coisa, gente, é muito importante o que o Goulart falou. Nós temos que deixar tudo gravado, taquigrafado, porque isso faz parte de uma ata da audiência pública. E ela, depois de transcrita, se transforma numa ata, é um documento.

Obrigado, Patrícia. Vamos lá.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Boa tarde a todos.

Essa minuta agora prevê que o bojo do todo se divida em atividade principal e secundária. O Auto de Licença de Funcionamento tem no Decreto 49.969 esses requisitos, como o *shopping*, por exemplo. O *shopping* tem o bojo da atividade principal, ele tem uma licença principal e as lojas do *shopping*, as atividades secundárias. A *dark kitchen* vai entrar nesse enquadramento do Auto de Licença de Funcionamento, no Decreto 49.969.

Então, nenhuma *dark kitchen* vai conseguir licenciar automaticamente ou por análise técnica, sem que previamente tenha a regularidade ou a licença do todo, que vai estar se responsabilizando por tudo, tanto do que entra, do que sai, do que licencia ou não, nesse complexo.

Atualmente, eles têm se enquadrado pela Lei 16.402 e vão estar nesse amparo do artigo décimo e que vão ter que se enquadrar. Eles vão ter que apresentar regularidade; vão ter que apresentar licença do todo para Ind-1b ou Ind2. Eles vão ter que atender tudo isso, as vagas dentro do lote. Se não atenderem, as licenças vão sofrer sanção de cassação e aí sim a atividade vai ser encerrada.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Atualmente eles são baixo risco. Então, podem estar em imóvel irregular, cada licença pode ter a sua... por 30 metros, 40 metros não sendo exigido teoricamente essa questão... não tem especificidade da questão de principal e secundária nesse quesito atual.

Porém, embora a incomodidade, desde que veio aparecendo na pandemia, a fiscalização vem tomando essas adoções, embora não esteja expressamente em lei, pedindo uma licença do todo, enquadrando, fiscalizando. Sobrestou o que está... Desde que houve essa identificação da incomodidade, sobrestou-se o licenciamento. Então, assim, *on-line*, mesmo pelo Empreenda Fácil, que são as licenças de baixo risco, está sobrestado, não sai. Ou vai para a análise técnica para licenciar, e mesmo assim está sobrestado, até que saia uma nova lei, um novo regramento.

O que vocês mencionaram aí, que tem uma obra em construção, tem que ver se estava nesse contexto da legislação quando se sobrestaram os processos. Se eles já estavam deliberados, o Alvará de Aprovação e o Alvará de Execução, o que acontece? O grupo de atividades e a Lei de Zoneamento – depois a Rô pode falar um pouco melhor, prevê assim: antigamente ele se enquadrava no NR 23, NR 11. Ele não especifica a categoria de uso por CNAE, que é o que o licenciamento regulamenta. Aprovação e execução de obra é um bojo de atividade. Então, a pessoa está construindo, mas assim, NR 23 pode ser abastecimento; pode ser uma Cobasi; pode ser uma Leroy Merlin. Ele não fala expressamente o que pode ser, está construindo para um grupo NR 23. Dentro do bojo NR 23, até ele se licenciar, pode ser de infinitas categorias de uso, infinitas atividades. O que vai determinar se ele pode ou não funcionar é o Auto de Licença de Funcionamento, e isso está sobrestado; ele não vai mais ser baixo risco e vai precisar da atividade principal.

Então, esse reenquadramento, embora contemple que ele possa se readequar dentro dos 180 dias, são requisitos bem restritivos. E a fiscalização está atenta; a gente tem esse levantamento; a gente tem quem está causando a incomodidade; a gente tem os processos que estão sobrestados e os que estão em funcionamento, que terão que se adequar, assim que isso seja deliberado, tá?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – A gente tem esse levantamento também da Guararapes, no Brooklin, que vocês estão citando mais expressamente.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Não. Agora, nesse sentido, os CNAEs... Quando a gente regulamentar esse projeto de lei...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Não, então, mas nesse regulamento aí o pessoal de SMUL pode mencionar melhor. A gente vai ter que regulamentar e reenquadrar o Decreto de CNAE, que é o 57.378, da Lei de Zoneamento, tá?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Essa pergunta tem que ser feita ao microfone para podermos taquigrafar. É uma contribuição, porque o que você está colocando seguramente nós vamos corrigir. Se tiver erro, a gente vai conseguir, tá? Ahã?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, minha linda, mas preste atenção: isso taquigrafado...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – É o oque nós estamos construindo... Você quer responder?

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Não, só vou responder brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Você tem que ter em mente que o que está sendo proposto aqui ainda não é lei. Hoje, a Lei de Zoneamento permite a instalação dessas atividades como NR 11, NR 22, NR 1, NR 2, NR 3, eu não me lembro o grupo. Hoje, o CNAE é colocado como um complemento do enquadramento de atividade. A atividade é pela lei. Hoje, pela lei, essas atividades são NR 1, NR 2, NR 3.

Pelo impacto cumulativo dessa atividade é que está sendo proposto que isso seja enquadrado como indústria. Então, o que foi instalado até hoje não estava seguindo essa criação do número de cozinhas. Desde que ele não desvirtuou esse enquadramento e está corretamente como NR 1, atividade de preparação de comida por *delivery* – acho que é assim mais ou menos que era – enquadrando corretamente ele tem uma licença correta. O que a lei está propondo aqui é uma transição. Então, de ele ter que atender outras coisas para se adequar a essa transição. Antes até por esse enquadramento, como NR 1, por exemplo, ele poderia ser enquadrado como baixo risco. A lei está determinando aqui, o projeto de lei é de que não seja mais baixo risco, e ele tenha que passar pelo licenciamento completo.

Então, acho que é um pouco isso. Não sei isso esclarece.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay.

Vamos lá, Marcus Rosier. Agora, você pode falar. Obrigado.

O SR. MARCUS ROSIER – Boa tarde a todo mundo. Boa tarde aos senhores da Casa, todos que estão *on-line*.

Apenas para fazer um relato. No dia 5 de julho, uma comitiva de Vereadores desta Casa visitou a nossa residência, na Vila Romana. Para quem não conhece, nós da Vila Romana estamos sofrendo com esse problema há mais de dois anos. E estiveram presentes os Vereadores Thammy Miranda, Cris Monteiro, Sansão Pereira, Sandra Santana e, dias depois, recebemos também representantes do gabinete da Vereadora Janaína Lima.

E eu queria falar para vocês o que foi presenciado, o que foi visto durante essa visita e também entender qual foi a posição dos Vereadores perante esta Casa e os próprios Vereadores podem fazer o relato deles. Porque o que se viu, o que se presenciou foi tudo aquilo que a gente vinha trazendo e que vinha abordando nessas audiências. Sentiram um forte cheiro, sentiram toda incomodidade, conversaram com outros vizinhos impactados, síndicos dos prédios que relataram os problemas para limpeza de fachada, o incômodo com ruído, enfim, todos os impactos que a gente já relatou aqui – não vou ficar repetindo. Já é sabido.

E a gente também foi até a operação. A gente foi recebido pelo CEO da operação e nunca tínhamos entrado lá, numa operação dessas, e a gente teve acesso, os Vereadores inclusive e se depararam com todas as contradições possíveis. O CEO da empresa falando que não gera nenhum impacto no trânsito, que é raro e, enquanto ele falava isso, havia cinco motos e caminhão parados, caminhão trazendo carne para dentro, o outro jogando lixo para fora em portas adjacentes ali. Quer dizer, uma série de violações sanitárias dentro da operação, corredores estreitíssimos. Senhores, isso é uma boate Kiss esperando para acontecer. O corredor é estreitíssimo e não há rota de fuga, não sei como foi expedido AVCB para uma operação dessas.

Enfim, tudo isso foi presenciado, assim como as contradições e, pelo que vocês estão colocando nessa regulamentação, uma coisa eu pude perceber: até mil metros ou 20 operações

– esse é um ponto muito importante. Então se ele tem espaço para 35 e simplesmente reduzir cozinhas lá dentro e adequar a 19 cozinhas, reduzir o espaço, readequar e derrubar algumas paredes e falar: agora só tem 19 cozinhas, muda-se.

E outro, hoje eles já operam – pelo que a gente averiguou lá dentro – com menos 20 operações e a incomodidade permanece. O problema de emissões cancerígenas permanece, eles estão adjacentes ao Hospital Sorocabana, que fica a meio quarteirão dali, e eles estão com as coifas apontadas em direção ao hospital.

Então, gente, a questão do distanciamento de residências eu acho que é um ponto muito bem levantado, que deveria ser considerado nesse projeto de lei Delimitar um raio de proximidade, porque hoje, onde essas operações estão sendo implantadas, são muro com muro com residências, pessoas moram ao lado de uma indústria. Os Vereadores que estiveram presentes nessa comitiva e visitaram, se eles derem a opinião de que isso é aceitável, aí eu não me entendo mais como cidadão, porque eles presenciaram e eu gostaria inclusive que alguém desse a opinião – se estiver *on-line* ou presente. Por favor.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Com a palavra Mariana Parker, da Vila Romana.

A SRA. MARIANA PARKER – Oi, gente. Obrigada por receberem a gente aqui de novo.

Eu tenho vários pontos que eu gostaria que vocês respondessem para a gente. Rosana, Patrícia, a questão de ter 20 cozinhas ou mil metros quadrados. Na Vila Romana, eles têm a pachorra de ter 993 metros quadrados e podendo operar com 35 cozinhas lá dentro. Então são vários questionamentos, por exemplo, eles têm espaço para 35 boxes, com 35 marcas diferentes, mas existem marcas que locam quatro, cinco boxes porque precisam de uma operação maior. Isso vai ser contado como uma cozinha? Não pode, porque eles estão locando quatro ou cinco boxes, são quatro ou cinco. Como vai ser contado isso?

Outra coisa, eles têm enquadramento de escritório, como eles podem ter tido

enquadramento *on-line* de uma cozinha sendo que o CNAE é de escritório? Não faz sentido, e outra, 993 metros quadrados é a mesma coisa que mil metros quadrados e aí eles vão responder por um enquadramento de Ind-1? Não faz sentido, gente. Quaisquer 20 espaços é muita cozinha para ter dentro e ao lado de um monte de residência. O impacto é o mesmo.

E tem outras coisas que a gente queria falar aqui, que é o seguinte: manutenção. Eles só podem fazer manutenção do maquinário deles depois que essa indústria for desligada. E a que horas o negócio desliga? Desliga à meia-noite e aí vai ser feita a manutenção.

No Brooklin, na semana passada, um pessoal mandou vídeos de 3h30 de pessoal com *wap*, porque todo maquinário fica a céu aberto, para conseguir se enquadrar em menos de mil metros quadrados, eles não fecham o maquinário, a casa de máquinas está aberta. Então eles estão limpando todo o maquinário com *wap* às 3h30 da manhã. Eu mandei esse vídeo para a Cris e para outros Vereadores que a gente tem mais contato e mais acesso.

Na Vila Romana, há duas semanas, eles estavam com máquina cortando aço à meia-noite e meia. E o mesmo procedimento de limpeza do maquinário feito às 3h30 da manhã a céu aberto acontece. Ao mesmo que tem a *wap*, que faz um baita barulho, há um monte de gente no telhado das operações gritando. A minha casa é muro com muro com eles, como você dorme com um monte de gente às 3h30, 4 horas da manhã gritando? Você não dorme.

E a questão do funcionamento. Por que eles podem funcionar até uma hora da manhã, sendo que qualquer outro tipo de operação, que faz barulho, para às 22 horas. Qual é o diferencial tão grande assim que essa operação tem que ela pode exceder os horários exigidos por lei. E quando falam: ah, mas são 50 decibéis. Alguém aqui já ficou com 50 decibéis o dia inteiro, todos os dias da sua vida, no seu ouvido para saber o que isso faz? Isso leva a gente à loucura, cara. Cinquenta decibéis não é brincadeira, é um treco que vai dando um zumbido na sua cabeça e depois de um tempo você não consegue mais esquecer.

Então esses são os *inputs* que eu queria colocar, mas principalmente com relação aos mil metros quadrados ou 20 cozinhas, como isso vai ser contabilizado? Cada marca é uma cozinha diferente? Novecentos e noventa e três metros quadrados é a mesma coisa que mil

metros quadrados, é inconcebível isso. Os impactos de cheiros, os impactos de barulho são os mesmos. De verdade, não existe como conciliar esse tipo de operação com os vizinhos morando ao lado.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay.

Próximo, Pedro Serpa.

O SR. PEDRO SERPA – Boa tarde a todos. Agradeço a recepção mais uma vez e a abertura desse espaço para debates.

Vou aproveitar um gancho que a Vereadora Sandra trouxe, logo no início das discussões, que é bastante importante. Um aspecto que nós não podemos esquecer é que esse projeto que está sendo discutido agora não transforma um restaurante em uma indústria. A utilização sempre foi a mesma e a qualificação como indústria sempre foi a mesma. A discussão de como essas primeiras *dark kitchens* foram aprovadas é indispensável e ter isso em mente em relação às novas, que estão a serem implantadas, é também importantíssimo.

O que a Mariana acabou de dizer sobre como lidar com esse critério de número de cozinhas para, a partir dele, considerar como Ind-1 ou Ind-2 também me parece insuficiente, porque o número de vinte cozinhas... Primeiro que nós temos uma grande discussão de como isso vai ser contabilizado, se é o número de entidades, se é o número de *boxes*. E nós, na verdade, já temos critérios bastante objetivos em lei estadual. A Lei estadual 1.817, de 1978, tem critérios em relação ao consumo de energia e consumo de gás. O decreto que regulamenta a mesma legislação também tem critérios objetivos.

O que nós temos aqui é uma atividade de grande impacto que acaba impactando de maneira bastante grave os vizinhos e todo o entorno. A questão ambiental, que a Adriana trouxe também logo no começo das discussões, não pode ser esquecida. Nós temos aqui *dark kitchens* querendo ser instaladas do lado do parque. Nós temos aqui *dark kitchens* instaladas muro com muro com casas.

O projeto tem uma previsão que lida com isso, considerando a altura de chaminés, e me parece bastante interessante. Mas tem um parágrafo autorizando, sem critérios objetivos, que seja instalado algo com diferença em relação a isso, desde que seja eficientemente comprovado que não há impacto. Me parece que o impacto é evidente.

O critério objetivo do *caput* do Artigo 6º que está no projeto é importante e deveria ser mantido. A *dark kitchen* não deveria poder ser instalada do lado de um prédio, do lado de uma residência, porque essas pessoas vão receber gás, vão receber cheiro e vão receber ruído durante todo o período de utilização e, como Mariana acabou de dizer, além do período de utilização, porque, mesmo quando eles encerram as atividades, eles começam a fazer manutenção, começam a fazer limpeza, começam a fazer uma série de situações que causam impactos bastante expressivos.

Me parece que levar em consideração que a atividade sempre foi industrial, não se tornou industrial agora, é indispensável para lidarmos com todas as *dark kitchens* de maneira uniforme. É importante levar em consideração a questão de produção de ruído, gás e cheiro para quem está do lado. E é importantíssimo levar em consideração a questão do horário, porque, da maneira que está, o horário de funcionamento da *dark kitchen* é restrito entre a 1h da manhã e as 5h da manhã. Levando em consideração que ela está parede com parede com pessoas que moram lá e que moravam lá a vida inteira, a que horas essas pessoas vão dormir?

Agradeço bastante a atenção. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Fábio Gonini.

O SR. FÁBIO GONINI – Boa tarde. Meu nome é Fábio Gonini, sou síndico profissional, estou representando aqui três edifícios, Córsega, Sardenha e Piazza d'Itália.

Nós estamos observando a abertura premente de uma *dark kitchen* na Rua Venâncio Aires, 320. A gente até percebeu que ela está a 200 metros de onde atende o nosso presidente aqui presente. Parece que são 14 cozinhas em um edifício que não tem nenhum recuo, nem frontal e em nenhuma das laterais. Ela está em frente a uma placa de proibido estacionar, ou seja, é proibido estacionar e não tem área interna para estacionar nenhum motoqueiro também.

Como a Secretária disse, no projeto de lei parece que teria que ter uma área interna. Então nós nos perguntamos: como é que vai ter 14 cozinhas operando numa rua em que é proibido estacionar, sem recuo, sem área interna e prestes a abrir?

A obra está pronta, faz meses que está em operação, então nós pedimos uma fiscalização imediata do poder público que está aqui presente para impedir a abertura dessa *dark kitchen* que, pelo que nos parece, a qualquer momento vai abrir e no pior contexto possível.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Assim como a gente já tomou atitudes aqui outras vezes, inclusive aprovamos um requerimento e encaminhamos ao Secretário da Casa Civil, o Secretário mandou tomar imediata providência e tudo, eu vou pedir para ligar agora para o Subprefeito da Lapa para que proceda...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. (NÃO IDENTIFICADA) – Presidente, se me permite, eu estou conversando com ele por WhatsApp já para antecipar também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pronto, já está resolvido. Não há exceção, o assunto é para ser tratado dessa forma mesmo. E eu não sabia, é meu vizinho, somos vizinhos.

Miriam dos Santos Cardoso, moradora do Brooklin.

A SRA. MIRIAM DOS SANTOS CARDOSO – Boa tarde. Obrigada pela oportunidade de mais uma vez estarmos aqui falando e, na sua pessoa, Vereador Frange, cumprimento todos os demais da mesa.

Bom, nós estamos aqui hoje fazendo história, gente. Eu, como historiadora, professora de História, não posso deixar de lembrar isso. Nós estamos fazendo história e estamos a dois dias de uma grande comemoração do bicentenário da nossa Independência. E aí eu volto, então, e peço aos Srs. Edis que aqui estão e aos demais que não esqueçam que os senhores estão aqui para dar aos anseios da população aquilo que ela mais precisa, que é ter um ambiente saudável, que é ter paz e que é ter também a condição de viver como viveu até hoje na residência em que mora.

Eu não tive tempo, não foi dado para que eu pudesse ler o novo substitutivo ao projeto de lei, então fica um pouco difícil, para mim, verificar todos os detalhes. Então eu estou ouvindo o que as pessoas estão falando e como muitas das coisas são problemas do grupo e também problemas da Vila Romana e de outros que aqui se apresentaram, eu vou deixar de lado aqueles que já foram falados e vou me ater a duas coisas que eu gostaria de saber.

A primeira é os 180 dias que vocês propõem, que seriam para as *dark kitchens* que já existem se adequarem. Me parece que 180 dias, ou seja, seis meses, para uma população que já há dois anos vive de maneira infernal em suas casas, é muito tempo. Então eu gostaria que, por favor, repensassem isso, porque 180 dias são seis meses, e seis meses, para quem já vive com isso há dois anos no seu dia a dia, é muita coisa.

Outra coisa que eu gostaria de lembrar é a questão das motocicletas. Vocês não imaginam o que é ter esses motoboys. Não somos contra eles, mas somos contra, sim, as *dark kitchens* que deixam esses rapazes estacionarem e ficarem ali um grande tempo, porque isso vai tornar a nossa região numa nova região de criminalidade, porque com certeza será uma minicracolândia. (Palmas) Ouçam isso: será uma minicracolândia. Não podemos continuar com isso ali, isso precisa ser revisto. Essas motocicletas com a carga e a descarga têm que estar dentro do perímetro do terreno das *dark kitchens*. Por favor, eu gostaria que os senhores vissem isso.

Outra coisa que eu gostaria também de ponderar é que nós estamos num momento em que dois tipos de empresas se estabelecem no mundo. De um lado nós temos aquelas que se preocupam com ESG, ou seja, com o ambiente, com a questão social e com a governança. Estas atraem consumidores e atraem também as pessoas que querem trabalhar com empresas, os empreendedores.

De que lado nós estamos? Desses que se preocupam com o meio ambiente, com o social e com a governança, que têm como característica buscar competitividade entre as companhias que até estabelecem prêmios? Ou nós queremos nos comparar a esses pequenos grupos de empresários que não estão nem um pouco preocupados com o ambiente, não estão

nem um pouco preocupados com as pessoas, não estão nem um pouco preocupados com o futuro das cidades?

Então eu digo: as nossas cidades vão morrer, elas terão um grande final nas suas vidas, porque a vida nas cidades vai acabar. Elas vão ficar com grandes problemas de energia da população, o comércio varejista vai acabar em torno dessas *dark kitchens*, nós vamos ter também a comunidade sendo muito prejudicada.

Gostaria de lembrar também, como já falei, que a criminalidade aumenta. A desigualdade vai aumentar, assim como o aumento das doenças mentais das pessoas se for esse o modelo que nós escolhermos.

Eu peço, por favor, Srs. Vereadores, pensem ao votar esse projeto de que lado vocês querem estar, como querem ser lembrados sendo representantes nossos, nossos edis.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Vou fazer uma chamada para os que estão conosco virtualmente: Carolina da Silva (Pausa) Guilherme Vasconcelos.

Tem a palavra, Guilherme.

O SR. GUILHERME VASCONCELOS – Obrigado Vereador. Na pessoa do Vereador Paulo Frange quero cumprimentar a mesa.

Eu represento a Kitchens Central. Nós participamos de todas as audiências, até o momento, estamos atentos aos pontos que são apresentados pelos moradores que estão no entorno das nossas unidades.

A gente reconhece que a operação de cozinhas para *delivery* gera sim essas realidades negativas. Nós não fechamos os olhos para isso, concordamos que devem ser mitigadas. Um ponto que discutimos muito internamente, não é porque nós cumprimos os parâmetros legais, estabelecidos pela Lei de Uso e Ocupação do Solo, que a gente não pode aprimorar ainda mais a nossa operação para reduzir essas incomodidades que são geradas no dia a dia da atividade.

Hoje, nós já temos um plano de melhoria tecnológica que vai ser aplicada em todas as nossas unidades. Nós vamos fazer todos os investimentos e esforços que forem necessários para reduzir essas externalidades, independentemente do prazo que está na legislação, os 180 dias. Como a própria Sra. Mirian falou, a gente se compromete, desde já, fazer esses investimentos que são necessários.

Uma das principais reclamações relacionada com os entregadores, que ficam aguardando o pedido na calçada, utilizando a via pública, a gente comunga do conceito que essa atividade tem de estar no perímetro do nosso lote. A nossa atividade não pode ser uma extensão da via pública. Nós já temos imóveis negociados próximos às unidades do Brooklin e da Lapa.

Dentro desses imóveis nós temos vagas para motocicletas. Nós fizemos um estudo de contagem de quanto é o pico de motos, vamos fazer uma adequação dentro desses imóveis com vagas de motos para todos os entregadores.

Além de uma área de acolhimento para esses entregadores, que terão um espaço para convivência, porque não basta fornecer a eles um espaço para a motocicleta sem que eles queiram estar nesse ambiente.

Então nós vamos fazer um ambiente convidativo para eles para evitar assim o uso das vias públicas e tentar reduzir essa incomodidade gerada pela operação.

Para finalizar, sei que tanto os Srs. Vereadores nos discursos, os Srs. vizinhos também nas suas manifestações, todos sempre falam que são favoráveis ao modelo de negócios, à tecnologia, mas apenas para reforçar eu acho que estamos do mesmo lado nesse aspecto, a gente sabe do número de empregos e das oportunidades que são geradas por esse negócio.

Por isso, eu apelo pela manutenção do Ecossistema. Atividade ser classificada como Industrial 2 mata esse ecossistema que hoje emprega direta e indiretamente mais de seis mil pessoas na cidade de São Paulo, utiliza a vida e os ganhos dos empregadores que podem de um único ponto de origem levar três e a quatro entregas. Gera também oportunidade para

pequenos investidores e empreendedores que contam com montante muito baixo, podem começar a empreender e criar mais empregos e girar a roda da economia.

Estamos sempre presentes, empenhados em estabelecer essa convivência harmoniosa com todos os vizinhos. Estamos de portas abertas e queremos ter uma ótima relação nas comunidades que a gente atua.

Agradeço pelo tempo. Vou permanecer atento aos pontos da audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Guilherme.

Ana Paula de Oliveira (Pausa) Priscila Alchienza (Pausa)

Tiago Moliani. Tem a palavra.

O SR. TIAGO MOLIANI – Muito obrigado.

A gente deu uma rápida lida no modificativo, um item que chama muito a atenção, o artigo 3º, a questão de até 20 cozinhas Ind-1b. Ind-1b tem a permissão de instalação, geralmente em zonas ZEM e ZC, que são zonas que têm uma grande carga de acesso, um grande volume residencial nesses lugares.

Nós ainda estamos mantendo essas pequenas indústrias criadas, porque é uma indústria, a gente não pode fugir disso. A logística, o volume de transporte, isso gera um tráfego, gera uma incomodidade que não é característica em nenhum momento, em nenhum lugar que possua residências.

Ainda permitir o uso de Ind-1b que vai para locais que, inclusive, tem menores condições de lutar até contra essas indústrias em sua região. Esse item, até 20 cozinhas, chega a ser um absurdo. Não vejo como ela se estabelecerá no local.

Indo para o artigo 5º, que os estabelecimentos referidos não poderão funcionar entre uma e cinco horas, além da questão de funcionar até uma hora da manhã. Tudo funciona até às 10, agora para eles vai poder funcionar a uma hora da manhã. Como se a partir das 10 horas a gente não ficasse doente também funcionando antes.

Providenciar adequação acústica e aquela coisa genérica de não gerar incomodidade. Novamente, é uma indústria que trabalha com uma grande logística de movimentação de transporte, que até deturpa a ideia original dos aplicativos, que é o atendimento entre restaurantes e residências, não cabe essa adequação, não cabe funcionar até uma hora da manhã e a partir das cinco.

Realmente, a gente está com problema, a gente tenta auxiliar, mas o projeto de lei ainda vai criar pressões em outros setores, em outras regiões da cidade. Está bem complicado isso.

Isso tudo vem da raiz de quando nós pensamos a cidade, as questões de zonas onde tudo é permitido. Essas zonas como se fossem pequenas reservas de mercado, esperando para serem exploradas, descaracterizando uma população que cresceu e criou aquele local.

O progresso sim, é muito importante, mas a gente não pode expulsar e prejudicar uma população que dá identidade àqueles locais.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Terminando um bloco, vamos fazer as respostas; em seguida começamos outro bloco, para todos. Jaques Félix Benzaquem (Pausa)

Maria Roseli Fernandes Rosa. Tem a palavra.

A SRA. MARIA ROSELI FERNANDES ROSA – Boa tarde a todos. Eu sou da Vila Alexandria, em frente a uma DK. Como todos já falaram, essas DKs são realmente indústrias. É desnecessário ficar falando e repetindo o que meu antecessor acabou de fazer.

Mas, o que nos faz imaginar que uma empresa dessas invada os nossos terrenos, os nossos bairros e acabem com as nossas famílias?

Eu não sei se o projeto de lei vai resolver. Pelo que tudo indica, não. Então eu acho que tem de vetar, mesmo, como foi feito na Espanha, na Inglaterra, eles têm de sair dessa região e ir para outras, para outros lugares.

Não importa o que eles já investiram. Eles investiram de uma maneira errada. Como disse a Vereadora Sandra. Eles usaram da boa-fé dos outros, mas usaram de má fé para conseguir um intento. Nós também devemos barrar esse movimento, mostrar para eles que nós somos pessoas que gostamos das coisas certas, porque qualquer um de nós que pretende abrir um negócio precisa seguir as regras. O que eles estão fazendo? Eles implantam o negócio deles e, aí, vamos criar uma lei para abraçar essas pessoas. Não é bem assim. Eles estão prejudicando muita gente.

Então, eu gostaria que os Vereadores pensassem, por favor, que, no momento em que vocês fizerem um pedido em *delivery*, pelo resto das suas vidas, vocês vão se lembrar de quantas famílias estão adoecidas. Estão tristes por não poder mais viver da maneira como esperavam.

Muito obrigada. Uma boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Muito obrigado. Sr. Paulo Oliveira?
(Pausa) Sr. José Roberto Vila Nova?

O SR. JOSÉ ROBERTO CARLOS VILA NOVA – Boa tarde. Estou presente. Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, perfeitamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO CARLOS VILA NOVA – Agradeço pela oportunidade. Agradeço por todo o trabalho que os Srs. Legisladores estão realizando, como as visitas dos Vereadores, que vieram até os *sites* do Brooklin, da Vila Romana e de outros, onde estão sendo instaladas essas indústrias.

Rapidamente, os Srs. Legisladores têm a oportunidade ímpar de regulamentar esta atividade econômica que vai impactar centenas de milhares de pessoas, porque o objetivo dessa empresa é expandir os seus negócios. Então, vocês têm a obrigação moral, profissional, de realizar uma regulamentação que impeça que as graves incomodidades se multipliquem por dezenas, centenas, milhares de vezes.

Vejam só como a instalação dessa empresa se encontra, no bairro do Brooklin: atrás de mim, vejam essas chaminés. A distância da minha residência, da minha porta-balcão, até essas chaminés com mais de dois metros de altura é de cerca de 15 metros e do prédio vizinho ao Tiffany's está de sete a oito metros. Então, o artigo 10 do projeto de lei já inviabiliza esse assunto. Olhem só: está no meio de prédios, com cem metros de altura. São 20 andares. Então, estão impossibilitados de operar aqui.

As sugestões que a pessoa que está advogando pela KC está dando serão totalmente inviáveis, porque este projeto foi feito para poluir. Eles precisam, sim, estar a uma distância segura. Como diz o artigo 10, 25 metros são insuficientes. É preciso haver pelo menos 50 a cem metros de distância de qualquer tipo de residência. O apelo é muito importante para que os senhores utilizem os artigos de lei e criem as leis que adaptem isso, para a qualidade de vida de milhares e milhares, de centenas de milhares de munícipes. É muito importante a firmeza dos senhores para trazer isso para a população.

Muitíssimo obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Sra. Joyce Tamiarana Nunes? (Pausa) Sra. Maria Cristina Ferro Queiroz? (Pausa) Sra. Janice Ferro? Está presente?

Então, tem a palavra. Obrigado, Sra. Janice.

A SRA. JANICE FERRO – Olá. Peço licença. Agradeço a presença de todos. Eu acho que já foram faladas várias coisas, aqui, sobre segurança e sobre doença mental. Vocês estão me vendo. Eu trabalho na área da saúde e eu não posso deixar de falar disso.

Não sei se para vocês 50 decibéis são poucos, mas, se olharmos para a Organização Mundial da Saúde, ela fala que 50 decibéis, em um período exaustivo de se usar, 24 horas por dia, podem acarretar doenças cardiovasculares, aumento de pressão sanguínea, hipertensão arterial, coisas que estamos vendo 24 horas por dia. Então, não é só a questão de segurança. Não é só a questão de saúde, ambiental, que essas *dark kitchens* estão provocando ultimamente. É tudo. É a nossa vivência. É o nosso estar ali, 24 horas, vivendo isso, e eu gostaria que vocês levassem isso em consideração, porque vocês não estão lá. Então, vocês não estão vendo.

Já mexeram até mesmo com a minha filha pequena. Assim, é incômodo você ter de passar e pedir licença na rua. Não é só adequar os motoboys e pôr algum lugar para eles irem. Não é só isso, porque vocês podem, por meio do projeto de lei, autorizar isso e, tudo bem: vão adequar onde eles vão ficar; vão adequar onde vão ficar as motos; vão dar melhores condições para eles. Eu não tenho nada contra os motoboys, mas, e o restante? Onde está nossa saúde? Onde vai ficar? Eles vão continuar. Vão colocar um filtro ou outro. Vão amenizar, mas, e os barulhos?

Gente, é incompatível com a região onde moramos, hoje. Faz 10 anos que eu moro lá e eu nunca vi tamanha desconsideração, como a que estamos vivendo hoje. Eu gostaria que vocês vissem isso com carinho, porque está muito difícil conviver na região e eu sei que elas vão se instalar em outras regiões, também. Então, eu gostaria que se olhasse com carinho para essas que já estão instaladas, porque não dá para conviver com eles. Estamos vivendo dois anos de pandemia. Fizeram isso à surdina – desculpem-me a palavra, se é que cabe aqui – e, de repente, construíram um mausoléu lá, que está nos prejudicando e vai nos prejudicar.

Pode ser que hoje ou amanhã eu não consiga ver a minha saúde. Eu já estou hipertensa. Eu fiquei hipertensa na pandemia. Vai saber se essa condição já não foi gerada por isso? Eu não sei. Cabe aqui uma resposta, mas, daqui a dois ou cinco anos, quantos hipertensos vai haver na minha região? Não sei. Então, se a própria Organização Mundial da Saúde preconiza que são só 50 decibéis – quando acham que é pouco, que é o limite –, é aceitável por alguns minutos, por algumas horas, e não durante 24 horas, nem durante o sono de que estamos sendo privados.

É isso o que eu gostaria de falar, que é, no geral, o que todo mundo já falou.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Sra. Janice.

Sr. Fernando Ribeiro de Moura Botelho? (Pausa) Vlamir Sabo? (Pausa) Sr. Arlindo Lopes Gonçalves Junior? (Pausa) Ranieli Ferreira Custodio? (Pausa) Diris Maria Petribu Faria? Está presente? (Pausa) Sra. Ana Amaral? (Pausa) Sr. Marcos Roberto Di Napoli Guimarães

Ferreira? (Pausa) Sra. Laura Espanhol? (Pausa) Sra. Natalia Cifuentes? (Pausa) Sr. Thiago Akiyoshi? (Pausa) Sra. Márcia Fonseca Simões? (Pausa) Sr. Cristian Snick? (Pausa) Sra. Carla Lascala?

A SRA. CARLA LASCALA – Estou aqui. Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sra. Carla, tem a palavra. Obrigado.

A SRA. CARLA LASCALA – Boa tarde. Bom, todo mundo já está mais do que careca de saber de toda essa situação que estamos vivendo. O que eu falo e repito: mesmo com esse novo projeto de lei adaptado, nós estamos só recebendo ônus, só ônus. É ônus do barulho, da fumaça, da sujeira. Se a sujeira não estiver refrigerada, nós vamos ter insetos, ratos, baratas, tudo isso invadindo, porque eles estão ao lado das residências. Eles não estão longe. Eles estão enfiados no meio das residências. Nós vamos ter o barulho e a questão do tráfego, que é na rua. A nossa rua, principalmente, que é na Vila Mariana, é estreita. Nós vamos ter a fumaça... No nosso caso eles vão instalar 24 cozinhas. Eles funcionaram clandestinos. A Prefeitura foi lá, multou e fechou. Eles funcionaram com duas cozinhas e já tinha barulho, imaginem com 24.

Quer dizer, a gente só tem uma desvalorização do imóvel e quem vai pagar nossa conta? Eu estou morando lá já faz tempo, eles que chegaram na surdina na pandemia. Quem vai pagar essa conta? A desvalorização do meu imóvel, a minha falta de saúde, a minha falta de tranquilidade, da uma às cinco da manhã. Quem dorme da uma às cinco da manhã? É um horário muito restrito. É impossível. Eu sou trabalhadora como qualquer um. Trabalho de dez a 12 horas por dia. Eu chego na minha casa eu quero descansar. Eu ainda vou ter dor de cabeça?

Por isso a gente conta com vocês, nobres vereadores, para nos ajudarem, porque a situação do jeito que está e esse projeto de lei do jeito que veio também não pode ficar. Por favor, nós esperamos poder contar com vocês, pela nossa saúde, pelo nosso direito de cidadão, garantido constitucionalmente, o direito ao sossego, à paz e ao descanso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Ingrid Longo (Pausa); Bernardo Soares Nogueira (Pausa).

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu queria avisar a Vereadora Ely que a câmara dela está aberta. Vereadora Ely, a sua câmara está aberta.

A SRA. ELY TERUEL – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ingrid Longo (Pausa); Bernardo Soares de Sá Nogueira (Pausa) Eduardo F.M. Pereira, Condomínio Rio Tejo. Fernanda Nardi.

O SR. EDUARDO F.M. PEREIRA - Boa tarde, vocês estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim. Ah, Eduardo Pereira? Condomínio Rio Tejo.

O SR. EDUARDO F.M. PEREIRA - Isso. Boa tarde a todos.

A SRA. MÁRCIA – Cris, você está com a câmara aberta.

O SR. EDUARDO F.M. PEREIRA - Posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Pode começar.

O SR. EDUARDO F.M. PEREIRA – Boa tarde. Obrigado a todos. É um momento muito importante, só quero somar ao que os demais comentaram, mas também somar ao que o representante aqui de uma das empresas falou há pouco com a gente, ele comentou da questão que eles reconhecem o problema. Nós tivemos duas conversas aqui, os moradores, onde estou, no Brooklin, com o representante da empresa. Nessas duas conversas, uma em janeiro de 2021, outra em maio de 2021, foram reconhecidos todos os problemas que a gente está discutindo até hoje.

A questão, à época, pediram 30 dias para poder regularizar, isso lá em maio de 2021. Se passaram, basicamente, um ano e quatro meses. Eu vejo que a gente está discutindo situações muito similares àquelas que já reconheciam, um ano e pouco atrás, que estavam com problema. Eles continuam operando da mesma forma. Isso que a antecessora comentou agora de problema de saúde, eu tenho moradores que passaram a ter que sair daqui porque não aguentam: crises de nervosismo, etc., etc.

E quando a gente vê essa discussão, que vai ter prazo de adequação, que nós vamos ter que reconviver, para quem já sabe que tem um problema, já sabe o que está acontecendo, a

gente está falando em ter mais prazo para regularização. O colega veio e falou: “não, nós reconhecemos e vamos fazer rápido”. Por que que já não fez nesse um ano e pouco que a gente está pedindo? Quer dizer, estamos passando por tudo isso daqui, por todo esse perrengue, deslocamento, sabendo que tem um problema. Estamos construindo, um colega falou aí que na Pompeia vai ter aí próximo – se eu entendi bem, Pompeia – vai ter rua estreita, sem lugar de carga e descarga, sem estacionamento. Gente, o Brooklin vive isso há um ano e meio. Um ano e meio não, eu estou mentindo, há um ano e nove meses. E está se lançando uma outra na mesma condição, sabendo-se que não funciona, que é um problema.

Então, eu peço a vocês, Vereador Goulart, todos que estão participando, o Goulart que esteve aqui com a gente, o Suplicy, etc., que ações sejam tomadas para que a gente tenha, pelo menos, como conviver até que algo mais definitivo seja feito. Porque eu não sei quanto tempo vai se levar, mas mais seis meses, com isso que a gente está tendo agora, alguém falou da boate Kiss. Isso aqui, outro dia tinha fumaça - a Mariana comentou - durante a madrugada eles estavam jogando com uma *wap* para apagar sabe se lá o quê, e os moradores do entorno acompanhando. Tudo isso já devidamente divulgado, dividido com vocês. Então, por favor, se preocupem com esses moradores que estão aqui nessa região e nas outras regiões de São Paulo, para que todos possam viver de uma forma mais harmônica e sem degradar a vida que a gente construiu, como disse uma antecessora, depois de vários anos nessas regiões e que esse empreendimento, que venha e se adeque a isso, pelo menos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Fernanda Nardi (Pausa); engenheiro Vagner Landi.

O SR. VAGNER LANDI - Boa tarde a todos.

Eu sou o engenheiro Vagner Landi, especialista em aprovações de projetos em São Paulo há mais de 35 anos. Eu vejo esse novo decreto lei, que vai ser regulamentado, muito importante para São Paulo. Mas essa atividade tem que ser muito bem fiscalizada pelo Corpo de Bombeiro, projeto do Corpo de Bombeiros aprovado com brigada de incêndio e pelos

principais órgãos da cidade de São Paulo, que é o Contru. O Prefeito atual, Ricardo Nunes, está recuperando o Contru, que é um órgão importante para São Paulo na fiscalização.

Essa atividade, sendo regulamentada, eu acho, na minha opinião, tem que ter aprovação do certificado de segurança. Nós quem trabalhamos com aprovações de projetos, sabemos como é difícil tirar esse documento, certificado de segurança, porque tem fiscalização do Contru e a fiscalização do Contru é séria. Isso é muito importante colocar no decreto. Não importa a metragem, não importa o número de cozinhas. E para você conseguir o certificado de segurança, você tem que ter o projeto aprovado no Corpo de Bombeiros com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Agora, a atividade, realmente ela vai tornar incomodidade à vizinhança. Mas para isso o decreto tem que pedir filtros de última geração por causa da poluição do ar, acústica com laudo de acústica pelo engenheiro responsável para a atividade.

A atividade, por outro lado, vai gerar muitos empregos diretos e indiretos. Quanto aos motoqueiros, que é um inferno em São Paulo esses motoqueiros, vai ter que ter um lugar dentro do imóvel, não na calçada, dentro do imóvel, que possa abrigar tantos motoqueiros, tantas vagas de motos por metro quadrado e cozinha. Parece que já está no Decreto.

Então, é isso. Acho que a incomodidade na vizinhança é um ponto que tem de ser combatido pela Prefeitura e pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, que faz parte o CONTRU, Corpo de Bombeiros.

Então acho que para um vizinho a esse local realmente a atividade tem que ser muito bem fiscalizada. E essas *dark kitchens* que estão em atividade, eu acho que o Contru e o Corpo de Bombeiros já têm que fiscalizar, a partir de amanhã. Já tem que fazer a fiscalização para ver se estão dentro das normas de segurança. Porque os que vão ainda aprovar, tem que aprovar um projeto e seguir as normas com prédio regular. Agora esses que estão em andamento: o prédio está regulado? O prédio tem visto do Corpo de Bombeiros? O prédio tem aprovação do Contru?

Então, eu acho que é isso. Um abraço a todos e obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vagner, um engenheiro com tanta experiência. Obrigado por ouvi-lo aqui.

Carmem Alice Godinho. (Pausa) Carmem? João Moreirão. (Pausa)

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Eu queria falar principalmente para os senhores da Prefeitura, porque ouvi aqui dizerem que estão atentos, fiscalização, estão controlando as cozinhas. Então, por que não responderam ao requerimento desta Câmara sobre os processos administrativos? Sabem, mas não respeitam a Câmara nem o movimento social; ou é lorota que sabem? Sim, porque eu tenho o direito de duvidar. Essa é uma questão.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA - Presidente, desculpa. Moreirão, eu peço por favor que você respeite as equipes técnicas.

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Eu respeito.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA - Não, não, não está respeitando.

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – A questão é a seguinte...

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA - Tudo tem um fluxo, tudo tem uma rotina, e foi um ofício encaminhado ao Secretário Gadelho. A Rosana, que é assessora do gabinete, está aqui conosco. O processo está para ser respondido, sim, tanto que a parte da nossa pasta...

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Três meses?

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA - ... já foi respondida pela Patrícia.

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Em mais de três meses? Em mais de três meses? Então, vamos lá. Mas eu, na realidade, queria falar...

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – A parte da minha Secretaria de Subprefeituras já foi respondida pela Patrícia. Eu quero deixar isso registrado aqui.

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Mas eu não considerei essa resposta como válida, não. Não respondeu.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – Moreirão, eu peço que a gente mantenha o nível da audiência e a educação, como todos os outros colegas.

O SR. JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES – Eu mantenho o nível. Mas o nível da audiência deve ser mantido não nas aparências apenas, mas nas respostas, no conteúdo das respostas que são dadas, não para nos enrolar. Isso é manter o nível da audiência. (Palmas)

Eu quero dizer o seguinte: na atual administração, o crime, se for crime de quem tem muito dinheiro, compensa, porque depois bola-se uma lei para transformar o crime numa coisa legal. (Palmas)

Essas *dark kitchens*, elas se licenciaram na mentira, na fraude, e agora estamos legalizando as *dark kitchens*, querendo legalizá-las. Não: elas já deveriam ter sido fechadas, porque elas fraudaram o licenciamento. (Palmas) Foram como escritórios de *coworking*, entenderam? Essa é a questão. Não temos que discutir sobre colocar indústria no meio de residências. Querem existir? Ótimo. Vão existir onde as indústrias devem ser instaladas, não em região residencial.

E mais – está ali no projeto, acabei de ver -: é dos técnicos delas a responsabilidade de declarar. Artigo 12, está ali no projeto de lei. É o tal declaratório na prática. É claro que é dito que se elas mentirem dará problema *etc.*; mas está lá, artigo 12.

Então, na realidade, o que esse projeto pretende é legalizar o que não devia existir onde está. Essa é a questão. (Palmas) Só tem uma atitude correta desta Casa e da Prefeitura: esse projeto, joguem fora, já temos Lei de Zoneamento, já temos Código de Obras. Aliás, a Prefeitura, como altera a Lei de Zoneamento e o Código de Obras, devia ter passado com essa discussão pelo C MPU primeiro, e não o fez, fugiu de discutir isso com a sociedade civil no C MPU inicialmente. Devia tê-lo feito, já tem vício de origem aí.

A questão é a seguinte: acabou, esqueçam o projeto, nós já temos uma Lei de Zoneamento que regulamenta. Ou, então, agora, qualquer um: “Não, durante a pandemia surgiu um novo tipo de negócio que não existia antes”. Como assim? Ganância, oportunismo já existe há muito tempo. Essa é apenas outra forma de ser ganancioso, prejudicando a sociedade. Então, acho que esse projeto apenas deve ser rejeitado, e acabou, não tem o que discutir sobre esse assunto. (Palmas) Ficar discutindo como dar uma enrolada na legalização do que não deve, isso

sim é faltar ao respeito com a sociedade, é um tapa na cara da sociedade, e nó teremos uma administração que, chegando ao final de 2024, terá um legado a deixar: infernizarmos a vida da sociedade de São Paulo. Será o grande legado deixado com esse caminho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Moreirão, eu quero discordar da sua posição em relação à seriedade com que a Administração Pública atual está conduzindo esse processo. Tem conduzido com muito rigor. O Prefeito Ricardo Nunes não abre mão, em hipótese alguma, de nenhum deslize, nenhum deslize. Agora, uma legislação tão ampla quanto o uso e ocupação do solo, Código de Obras e mais tudo aquilo que nasceu em função da pandemia e inovações, nós estamos correndo atrás da bola.

Nós recebemos dois pedidos de entrevista nesta semana, de imprensa fora do Brasil, para saber como é que está a nossa lei. Duas; uma do *Financial Times*. O pessoal está tentando fazer lei para isso. São Paulo está bem adiante porque nós não temos nem lei para copiar. Nós estamos quase no caminho de uma. Então, nós precisamos nos permitir, neste momento, a humildade de entender o seguinte: nós não temos nada para seguir, nenhum país de Primeiro Mundo produziu uma lei que se encaixa na realidade do Brasil.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Exato. Tem países do Primeiro Mundo que bloquearam; todos, não. Existe *dark kitchen* para todo lado.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim. Não vamos discutir isso agora. Dos 165 países que a ONU reconhece no tratado, tem alguns deles que bloquearam. Nós, do Brasil, temos outra realidade. Nós não podemos sequer bloquear em São Paulo ou bloquear no Brasil. No Brasil, tem que falar com aquele senhor lá em Brasília, e ele não atende nem Ministro.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mas nós temos uma posição instalada aqui. Nós já temos um problema para resolver. Nós estamos tentando resolver no diálogo, e mais do que isso não tem jeito. Eu atendo toda semana o dia todo, nós temos só tratado desse assunto.

Nós paramos na semana passada por três, quatro dias por causa do PIU Centro. No mais, a gente está só discutindo isso, e só vamos votar quando estiver justo. Não estamos com pressa, não vamos fazer errado.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu sei, mas nós temos que ter um problema. Desculpa, mas nós temos que resolver. Nós já resolvemos um problema maior aqui, juntos, com todos os que estão aqui e muitos outros que vieram aqui: foi a Lei de Zoneamento. Nós saímos de uma coisa que era toda escrita, passamos tudo para georreferenciado, com a contribuição de muitos. Acertamos demais, e ainda tem um monte de coisa para corrigir. A gente reconhece os erros, e vamos corrigir todos ainda.

Então, a gente só pede paciência com isso. Nós não podemos...

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Esse assunto, ele chegou agora, há pouco tempo. Chegou há três, quatro meses.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Mas esse assunto chegou no Legislativo a partir do momento em que o Executivo mandou para cá a discussão. Então, acho que nós estamos construindo juntos. Gente, sozinhos a gente consegue chegar bem rápido em qualquer lugar. Para chegar bem longe, a gente tem que estar junto, e a gente tem tentado trabalhar junto.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Você é um grande exemplo. Aliás, você poderia dar o testemunho se em algum momento essa presidência deixou de estar atenta e presente em todas essas situações, dando oportunidade para todo mundo falar, nunca terminando antes do horário. A gente vai encontrar solução para tudo, mas...

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu sei.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vereador, fica difícil escutar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu sou morador, eu sou vizinho de metrô que está em obra. A gente sabe como as coisas estão.

- Manifestação no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom, vamos discutir o macro agora.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vereador Paulo Frange, eu posso ter um tempo de fala de uns 5 ou 10 minutos? Eu vou ter que me ausentar e eu queria me colocar, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim, já lhe passo a palavra, Vereadora. Maria Pagenotto está presente? (Pausa) Não. Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Vereador Paulo Frange, em nome de quem eu cumprimento todos os que estão na Mesa. Muito obrigada mais uma vez a todos os senhores que estão nessa audiência pública. Provavelmente, pela minha conta, acho que é a quarta vez que a gente vem discutindo esse assunto.

Obviamente, todos estamos muito sensibilizados. Eu fui uma das pessoas que estive na casa da Mariana e do esposo dela, da família. Vi a situação lá, senti o cheiro, escutei o barulho. Depois fomos caminhando e visitamos uma das unidades. Eu não entrei lá dentro porque eu já tinha entrado antes, sem os moradores. E a gente escuta as mesmas coisas.

Primeira coisa: Pelo fato de o projeto acabar de chegar em nossas mãos, fica muito difícil a avaliação. A gente está lendo ao mesmo tempo em que a gente está aqui. Então, isso prejudica sobremaneira a avaliação. Se for votado amanhã, a gente vai ter que dedicar um tempo bem grande, para poder entender, de forma minimamente inteligente, para poder fazer um voto consciente. Isso é uma coisa.

Eu escuto sempre dos empreendedores das *dark kitchens* a questão de geração de empregos. Já entraram falando que eles pagam impostos. Eu só queria lembrar que o fato de que os empreendedores pagam impostos, os moradores também pagam impostos; e pagar impostos não significa ter um aval, para que incomode o outro. Então, pagamento de imposto não tem nada a ver com liberdade de produzir incomodidade. Pagamento de impostos todo mundo paga. Vocês pagam e eu também pago.

Outra coisa é a geração de empregos. Obviamente que a gente quer manter o emprego na cidade de São Paulo. A gente está vivendo uma situação ainda de recuperação da pandemia. É importante a geração de emprego, mas a gente também já falou aqui que existem outras atividades ilegais que também geram emprego. A gente precisa ter consciência de que a geração de emprego não pode ser geração de emprego a qualquer preço, a qualquer custo. Esse não pode ser um argumento para que a gente possa deixar com que as *dark kitchens* continuem funcionando com esse nível de incomodidade.

Eu até falei com o Secretário Gadelho que, atrás da minha casa, há um terreno. Foi derrubada a propriedade. Começaram a construção. Eu fui correndo à secretária e falei: “Por favor, digam-me se isso não é uma *dark kitchen*.” Eu estou amedrontada. Se eu, como Vereadora, não quero ter uma *dark kitchen* atrás da minha casa, por que eu vou deixar que esses moradores que estão aí continuem com *dark kitchens*, prejudicando a saúde deles e o sono deles? (Palmas)

De novo, eu ainda não li, com todos os detalhes. Estamos aqui, eu e a minha Assessoria, debruçados sobre isso. Não me parece, não me parece - eu não quero enfim fazer um julgamento - que isso está tendo a resolução do problema. Eu também concordo com o Vereador Paulo Frange. É muito difícil para a gente, porque a gente não tem um *trade marketing*. Não há outros lugares. Aparentemente se há em outros lugares, é porque proibição. Será que essa é a solução? Não quero também me precipitar.

Queria deixar, mais uma vez, totalmente dando as mãos para os moradores, apoiando os moradores. E espero que a gente chegue a um melhor lugar do que aparentemente esse processo está. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, nobre Vereadora.

Tem a palavra o Sr. Gustavo Gushiken. Obrigado pela presença.

O SR. GUSTAVO GUSHIKEN – Obrigado, Poder Legislativo e a Prefeitura, Poder Executivo, pelo espaço. Só queria manifestar. A primeira coisa é que o discurso é superaberto. Tudo isso aqui não chega a esse ponto se realmente não chega aos moradores. O pessoal da

Vila Romana está há dois anos porque justamente, do outro lado, há uma clara falta de conduta, de como conduzir essas *dark kitchens*. Outro recado também é sobre essa PL. Ela está claramente em discordância total com tudo o que vimos nas sessões aqui. A primeira coisa que a gente viu aqui é que de três a vinte luzinhas é para o *box* de mil metros quadrados. É uma Ind-2. O que é uma Ind-2? Olhem aqui: 1.b: Atividade industrial compatível à vizinhança residencial. Isso não é. Isso não resolve. É incompatível. Tudo bem, o maior é o Ind-2, mas aqui, dentro do que vai ser exigido, é que ele possa funcionar até uma hora e volte a funcionar às cinco horas, ou seja, quatro horas de sono para os moradores perto de uma *dark kitchen*. Ou seja, é uma incoerência total, total. E para não inventarem novas leis, eu vou até falar o que acho sinceramente que estiver nessa *dark kitchen*. Ind-3: Estabelecimento industrial, cujo funcionamento possa causar prejuízo à saúde, à segurança, ao bem-estar público e integridade da flora e da fauna regional. Gente, não precisamos inventar muitas coisas. Está aqui. É Ind-3.

(Palmas)

Então, eu peço encarecidamente para a Câmara Legislativa olhar esse PL. Ele está totalmente em incongruência com que tudo o que foi falado até agora. E não precisamos inventar muito. Está aqui, temos uma legislação vinculada à *dark kitchen*. Vamos resolver isso aqui. Está bem na nossa cara a solução.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra a Sra. Marian Murari, do Panamby.

A SRA. MARIAN MURARI – Boa tarde. Agradeço também o espaço para poder falar com todos os nossos colegas interessados, todos os cidadãos da cidade de São Paulo. Em primeiro lugar, eu gostaria de mostrar, com toda educação, a minha indignação com esse PL substitutivo recebido hoje, depois de várias vezes adiadas essa audiência; e é a mesma coisa. Imaginem até 20 cozinhas em mil metros quadrados de construção. Gente, isso é liberar tudo. A gente fez várias reuniões. A gente expôs o nosso ponto de vista. Chega a parte técnica para auxiliar, para ajudar e libera dessa forma. Teria que ser até cinco cozinhas, na minha opinião, na

minha humilde opinião, para ser Ind 1-b. Acima de cinco, seria Ind-2 já e - como o Gustavo falou - caracterizada como Ind-3. Isso barraria os vizinhos como residências, se fosse Ind-2.

Por exemplo, um desses projetos que está no Panamby está literalmente dentro da sala da minha casa e dentro do meu quarto. É dentro. Eu saio na distância exatamente de onde eu estou até o senhor está, onde ficaria essa indústria. E é uma indústria. Então, ele não deveria operar num raio de 500 metros de parques municipais estaduais ou de áreas verdes reconhecidas no mapa de São Paulo. Se a gente fala aqui, na própria entrada, que está escrito que é uma Audiência Pública Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, essa empresa, essa indústria está infringindo todas as regras colocadas anteriormente.

Aqui foi dito também sobre saúde física e mental. Concordo plenamente com a nossa amiga aqui, que isso realmente gera um *stress* absurdo e a segurança também. Eu não falo só segurança de nós, moradores. Eu fico indignada que eles colocam como geração de emprego. Desculpem, é subemprego de funcionários confinados, sem rota de fuga, num ambiente insalubre, sem banheiro, sem água e sem local de alimentação. O estacionamento é incompatível e a zona que está aqui também é o zoneamento... Está se falando sobre política urbana. A nossa rua, a rua deles não comporta. Mal a gente consegue subir e descer a rua onde vão se instalar. É uma rua de mão dupla. A gente não tem onde estacionar os carros. Atrás do meu condomínio e na frente, há zonas proibidas de se estacionar, porque senão não dá acesso. O que aumenta? A insegurança e o risco de acidente.

Para finalizar, eu acredito sim no trabalho de vocês, todos técnicos, a quem eu agradeço muito, Vereadores e o Estado todo aqui a favor. Têm que regulamentar essas operações, porém não digo 80 dias, para eles continuarem no mesmo local. Falo em regulamentá-las e transferir essas atividades de local, para grandes avenidas de alto fluxo e distantes das residências.

Eu agradeço muito a todos vocês e aguardaria sim um PL realmente revisto, com um termo técnico mais compatível com o que está sendo colocado.

Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado.

Abilio Kyrillos, do Panamby. Obrigado pela presença.

O SR. ABÍLIO KYRILLOS - Boa tarde. Muito obrigado aos senhores. Na verdade, e para não ficar muito repetitivo, nem cansativo, haja vista que tanta coisa sobre esse assunto já foi dita, eu resumiria no seguinte: por mais que entenda e respeite o trabalho de vocês, a atenção, a dedicação, estamos tentando algumas soluções muito simples para um problema que é absolutamente complexo, viabilizar o que não é viável, ou seja, atividade industrial num local residencial. Isso não funciona.

De tal forma que, para tentar uma solução minimamente equânime, ou seja, "Ah, eu quero deixar as atividades de *dark kitchens*, entendendo que há geração de emprego, movimentação da economia e tudo o mais", veja, respeitamos e queremos a economia vibrante e tudo mais, mas nem é o foro aqui para estendermos esse assunto, mas o que nós queremos, de fato é: cozinha, indústrias, vizinhas de residências não funciona. O que vai funcionar, de fato, caso haja um mínimo, uma mínima boa vontade, tanto dos moradores, quanto dos empresários, seria: "Ah, legal, vou colocar uma cozinha próxima desses bairros e dessas residências", nós já fizemos várias sugestões, poxa, colocar 5 cozinhas já de um lado haja paciência dos moradores, mas foi uma proposta.

Então qualquer coisa acima de 5, e mesmo assim delimitando o tamanho de cada cozinha, quero colocar 5 cozinhas com, no máximo, X metros quadrados. E que X é esse? Serão dez metros quadrados? Vinte metros quadrados? É uma solução que vai, ainda que incompatível, vamos dizer, ela apazigua os ânimos.

Agora, colocar 20 cozinhas do lado de uma residência, funcionando ininterruptamente por 20 horas, durante o dia, gerando todos esses desconfortos que já foram exaustivamente falados, não vai dar certo. Aí não dá mesmo. Daí nós estaremos sempre tentando algo que não vai encontrar um ponto comum, por mais paciência e tudo o mais que se tenha. E por quê? Porque é incompatível.

Vejam: colocar essas atividades industriais próximas a parques, próxima a qualquer

área verde, vocês têm acesso a todas as áreas verdes do estado de São Paulo, e são, reconhecidamente, no mapa de área verde, tanto estaduais quanto municipais, não vai ser nada bom.

Já temos exemplos do que o funcionamento disso tem acarretado para esses moradores, esses nossos vizinhos, nossos cidadãos. Portanto, estamos insistindo em algo que, sabe, é, repito, colocar junto o que já é incompatível por si só. É ficar dando voltas no mesmo ponto e insistindo no mesmo erro.

Por mais que se queira, e sabemos da boa vontade das fiscalizações e tal, mas falar que "Ah, vamos colocar uma chaminé e que essa chaminé pode, com algum tipo de equipamento, efetivamente, não gerar desconforto", saibam, isso não acontece. Há dois anos está se tentando e não se efetiva.

Então é assim: se essas cozinhas industriais ficarem próximas às residências têm de ser duro na legislação. Tem de ser, efetivamente, obedecido o limite. Se forem 5 cozinhas, mais do que isso não vai. Isso é enfiar goela abaixo da população algo que os cidadãos já disserem e vocês mesmos verificaram in loco que não vai.

Esse assunto nos faz ficar circulando em torno dele, circulando, circulando, e acabamos ficando no mesmo ponto.

E, mais do que isso: do jeito que esse projeto - com todo respeito - está elaborado, não nos iludamos, 20 cozinhas da forma que está proposto é realmente abrir para essa indústria na cidade toda, afinal, desse jeito que está, viabiliza qualquer projeto industrial. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado.

Vamos chamar os inscritos virtualmente. Carla Feltrin Giometti. (Pausa) Guilherme Vasconcelos (Pausa) Camila Mottinelli de Souza Pace (Pausa), Sandra Santos (Pausa). Juan, está presente? Não.

Quero anunciar que estão conosco aqui o Sr. Gustavo, representante do Vereador Felipe Becari; a Sra. Erica Valdman, da Secretaria do Verde, e Wagner Barbosa, da Subprefeitura de Campo Limpo.

Entre os oradores inscritos, não há nenhum que deixou de ser chamado. Indago se o Vereador Goulart quer falar depois? (Pausa) Não.

Vamos, então, passar a palavra aos membros da Mesa, para que possam responder alguns questionamentos.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA - Obrigada, Presidente, mais uma vez gostaria de reforçar esse esforço conjunto que nós estamos fazendo com essa Mesa, com o Poder Legislativo e nós, pela pela do Poder Executivo, dizendo que essa construção, sim, é participativa, tanto que estamos numa audiência pública exatamente para assegurar a participação de todos os senhores e senhoras.

Nós já vimos ouvindo as contribuições há bastante tempo. Essa não é a primeira oportunidade que nós nos reunimos sobre essa temática. Também nem é a segunda, nem a terceira. E, quanto aos casos pontuais trazidos pelo colega Fábio, quero dizer que já acionei o Subprefeito da Lapa, que já está tomando as providências de fiscalização no caso da Venâncio. Realmente estão em obras, mas ainda não há sinais de abertura. A fiscalização já vai tomar as providências entre hoje e amanhã, e eu o mantenho informado.

Queria então pedir à Rosana e à Patrícia para trazerem algumas contribuições sobre o ponto de vista técnico também para que consigamos responder pontualmente tantas questões que foram trazidas aqui e, assim, consigamos trabalhar, efetivamente, no bojo do texto que foi aqui proposto.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Obrigado Carol.

A SRA ROSANA YAMAGUTI - Sob o ponto de vista técnico não podemos esquecer que temos uma lei que rege o Uso e Ocupação na Cidade, que é a Lei de Zoneamento. Então, muitos dos critérios que estão expostos nessa proposta, por exemplo, o corte de mil metros quadrados, ele é o corte que o artigo 102 da Lei de Zoneamento prevê para o Ind 1b - 1. Da mesma forma, o tempo de funcionamento é até 1h, não podendo funcionar das 1h até às 5h.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

A SRA. ROSANA YAMAGUTI - ... 147 da Lei de Zoneamento. Então temos esses critérios e não podemos passar desses critérios, porque, senão, estamos incorrendo numa revisão da lei e não é esse o intuito, pois nós poderíamos ser judicializados por tal alterando algo que já foi aprovada num quórum qualificado, num outro processo de revisão. Então esse foi o nosso cuidado em relação a esses cortes.

Em relação ao tempo de adequação também é a mesma questão. O uso é permitido e está classificado, hoje, só que de outra forma. E aí, tendo em vista as questões que a sociedade civil veio trazendo em relação à incomodidade dessa atividade é que está sendo proposto esse texto de lei. Mas, até então, até esse momento, a Lei de Zoneamento prevê o enquadramento desse uso e o decreto de uso também.

O artigo 135 da Lei de Zoneamento prevê o enquadramento desse uso e o Decreto de Usos também.

O artigo 135 da Lei de Zoneamento prevê que as atividades já instaladas podem continuar nesses locais, desde que legais, desde que regulares. Então, o desenquadramento dessa atividade como baixo risco nos faz exigir que maioria das atividades – e até onde sabemos a maioria está em edificação irregular – sejam regularizadas, e assim ela vai ter que atender tudo o que essa lei traz de condições de instalação mais restritivas do que o Código de Obras.

Essa lei regra as condições de instalação e um novo enquadramento. Havendo um novo enquadramento, passa a vigor o que o Quadro 4-A da Lei de Zoneamento estabelece em termos de condições de instalação; já o Quadro 4-B estabelece a os critérios de incomodidade. Essa lei reforça a necessidade de atendimento a esses parâmetros de incomodidade. Tudo isso já está regrado na lei, e outras coisas nós estamos regrado, especialmente a condição de instalação, a exigência do local para esses entregadores dentro do lote e a exigência de banheiro, além de uma série de outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Espere um pouquinho, por favor. Eu vou abrir uma exceção de fala.

O SR. MARCUS ROSIER – Eu só queria só falar que nós começamos esta discussão

do projeto de lei por termos identificado – baseada na realidade de quem está convivendo com esse problema que vem se proliferando pela Cidade há mais de dois anos e não em um caso isolado – que as leis atuais não conseguiram prover ferramentas para o Poder Público tomar as ações devidas em relação ao que está funcionando hoje. Para além do papel, nós identificamos que a realidade física é inaceitável para qualquer ser humano em termos de convivência.

Aqui hoje estão todos aqueles que estão sendo impactados diretamente ou os que estão preocupados com os possíveis impactos que nós discutimos nas audiências públicas anteriores e chegamos à conclusão de que a legislação atual não contempla nem atende isso, e trabalhar um projeto de lei que esteja amparado pela legislação atual continua não dando ferramentas para o Poder Público atuar da forma adequada em relação a esse problema.

A pergunta é: se estamos amarrados e restritos à legislação atual, o que que nós estamos fazendo aqui? O que que nós estamos discutindo aqui?

- Manifestações no recinto.

O SR. MARCUS ROSIER – Termina com a seguinte fala: nós precisamos de ferramentas para conseguir corrigir um descaso que foi feito com a população. Se a lei diz que aquilo que foi mostrado está dentro da lei, então, ela está errada, não está correta, e esta Casa tem, sim, o dever e o poder. Como população e sociedade civil, a nossa expectativa é que esta discussão, esse trabalho consiga trazer ferramentas para que o Poder Público, de uma forma efetiva, atue contra esse descaso com a população.

A PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Eu queria complementar, porque talvez eu não tenha me feito entender. Nós partimos de um critério de instrumentos urbanísticos que regem a cidade de São Paulo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Mas nós não podemos generalizar, porque hoje nós estamos tratando de uma temática específica que rege várias coisas que funcionam na cidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Mas, dentro dos pré-requisitos que nós já temos, nós já estamos instrumentalizando...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Eu gostaria de terminar de falar. Posso falar?

- Manifestações paralelas.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Eu acho que o que a Rosana quis dizer é que, dentro dos parâmetros urbanísticos, nós já temos uma Lei de Zoneamento, nós já estamos criando critérios mais regrados, mais específicos e restritivos, que cabem jurídica e tecnicamente. Não adianta nós propormos algo que vai ser judicializado. A ideia é abarcarmos, dentro dos critérios e parâmetros urbanísticos, algo específico que possa ser regido e que possa amparar essa atividade que realmente estava genérica na Lei de Zoneamento, mas existe, sim, instrumento, que nós estamos criando e propondo aqui que vão dar um regramento específico e vão dar, querendo-se ou não, um parâmetro mais restritivo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Mas eu acho que, talvez, como vocês disseram que a minuta foi passada aqui, neste caso, por exemplo, há o horário de funcionamento, há a questão do passeio público e há...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Não, mas nós colocamos os parâmetros bem mais restritivos. Tanto é que, quem já está em 180 dias...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Gente, deixem-na terminar. Vamos aguardar a resposta.

Termine tranquilamente.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Eu só queria complementar a fala da Rosana, porque nós partimos de um pressuposto urbanístico que nós já temos, porque a Lei de Zoneamento e o Código de Obras é o nosso norte, regem a cidade. A partir disso, técnica e

juridicamente, nós estamos amparando, regrado e deixando de uma forma que essa atividade esteja enquadrada e se adapte de forma até restritiva dentro do município.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Em relação à questão dos mil metros, eu endosso o que a Rosana disse: mil metros para ind-1b já é um parâmetro pela Lei de Zoneamento. A partir disso, nós criamos um instrumento das 20 cozinhas; ou seja, vale lembrar que não “e”, é “ou”. Então, em um critério que pode chegar a mil metros, pode-se ter... Aliás, nem são 20 metros, são 18 metros, porque é a partir de três. Então, se forem duas cozinhas, não será Dark Kitchen; a partir da terceira, vai ser. Portanto, 18 cozinhas.

Nós estamos acolhendo...

(NÃO IDENTIFICADA) – Estão tentando legalizar...

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA– Não, mas eu acho que é legal, e nós estamos tentando escutar vocês para nós ampararmos isso.

- Manifestações simultâneas.

(NÃO IDENTIFICADA) – ...o absurdo que estamos vivendo.

A SRA. PATRÍCIA VIEIRA COSTA – Outra coisa em relação à qual eu queria me colocar à disposição é sobre o processo, que ele falou que nós não respondemos, que ele não obteve resposta. Eu me coloco à disposição e, se ele puder passar o número do processo, nós responderemos. Desde que a tratativa esteja em tratamento, nós respondemos ao Ministério Público com todos os dados e critérios, com o que nós temos na lei, com o que está em estudo, com o que as subprefeituras nos apresentam. Então, me coloco à disposição para responder e espero ele me passar o número.

Esta audiência é justamente para isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay.

O que nós estamos expondo é o que está produzido nesse texto, e ainda há muita coisa para ser mudada. Nós estamos ouvindo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Você não quis se inscrever hoje?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ah!

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Então, em homenagem a você, que tem presença assídua aqui, vou lhe passar a palavra. Até achei estranho você não ter se inscrito hoje.

O SR. ROBERTO DELMANTO – Boa noite e muito obrigado, Vereador Paulo Frange.

Eu venho trazendo técnicas da Prefeitura. Nós já estivemos no prédio para conversar e trouxemos laudos. Eu entendo o lado de vocês, porque isso é uma burocracia, são opiniões tecnocráticas. Estão na Lei de Zoneamento os mil metros, e pouco importa se esses mil metros vão acabar com a vida das pessoas. Pouco importa se são 20 e, se bobearmos, daqui a pouco, vão ser mais de mil metros, porque cada uma vai ser grande.

A verdade é que isso é um inferno na vida das pessoas, e eu rezo para que não construam Dark Kitchens na janela de vocês. Eu rezo para que vocês não tenham que conviver com uma Dark Kitchen, porque eu quero o bem de vocês.

- Manifestações no recinto.

O SR. ROBERTO DELMANTO – O dia em que vocês tiverem uma Dark Kitchen na casa de seus pais, avós, irmãos, cunhados e cunhadas, vocês vão sentir na pele o que nós estamos sentindo. Lembrando Il Gattopardo, de Lampedusa, “vamos mudar para continuar tudo como está”. Essa proposta tecnocrática simplesmente legitima esse desastre na cidade de São Paulo. Não é só no Panamby, é na Cidade inteira.

Então, eu entendo a visão tecnocrática, mas ela não atende os anseios da população. Essa Lei de Zoneamento não pensou nas *dark kitchens*. Nós não podemos raciocinar em uma regulamentação com base na Lei de Zoneamento. Por isso é que estamos aqui. E esta Casa é soberana. Esta Casa, eu tenho certeza, Vereador Frange, de que está ouvindo os anseios da

população. Eu tenho certeza de que nós vamos sair daqui mais felizes do que estamos saindo hoje, porque estamos enlutados. Estamos muito tristes na data de hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Só deixando claro: aquela situação de que nós estamos gessados com a Lei de Zoneamento, não é bem assim. Essa votação é uma votação com 37 votos, assim como foi a Lei de Zoneamento. Então, têm situações que nós podemos mudar na lei e que com 37 votos fica incorporado nos marcos legais da Cidade. Então, isso é perfeitamente factível. O que ela colocou – e está correto – é que, dentro do possível, nós vamos fazer de tudo para não termos de ficar criando um marco novo para cada coisa nova que surgir. Vamos tentar manter um alinhamento dentro dessa coluna que nós temos, de legislação que trata de Urbanismo. Agora, pontualmente, com os 37 votos, nós podemos fazer mudanças, sem problema algum, mas dentro da razoabilidade. Isso, com certeza, nós podemos tratar, sim.

A SRA. ROSANA YAMAGUTI – Presidente, só para responder ao pessoal do Defenda, que eles falaram do ofício que foi encaminhado para SMUL, eu gostaria de passar para o Marcelo, que é Coordenador de Comin, que é a área que, dentro de SMUL, avalia esses empreendimentos. Acho que ele vai explicar melhor essa questão da aprovação e o papel que SMUL tem em relação às *dark kitchens* hoje.

O SR. MARCELO YOSHI – Boa tarde a todos.

Como ela disse, eu sou o Marcelo, Coordenador de Comin.

Muitas vezes, nos chega pedido de informação acerca da quantidade de dark kitchens no Município de São Paulo, os endereços, onde elas ficam. Qual é o nosso problema? A dificuldade de identificar as *dark kitchens*, porque quando chega um prazo de aprovação de licenciamento, a maioria chega como um uso qualquer: comércio, serviço, cozinha industrial, cozinha. Então, para a gente mapear, quando pedem a informação dos endereços, a gente não sabe. E outra: o que a gente consegue rastrear é pelo CNAE das empresas, que nem todas colocam, hoje em dia, como *Central Kitchen* ou *Kitchen Central*, as grandes.

Então, quando chega pedido de informação para a gente informar todas as *dark*

kitchens que têm no Município de São Paulo ou o pedido de licenciamento, a gente tem essa dificuldade de tentar mapear isso daí. A maioria das *darks* a gente consegue via denúncia. Chega para gente quais são especificamente e a gente está mapeando isso daí. São as que a gente tem certeza das *darks*.

Uma coisa importante é que a aprovação da edificação não licencia a atividade da edificação. Eles entram com categoria de uso, subcategoria, mas a atividade final, que é o CNAE, não é obrigação legal do requerente informar para a gente. Então, a gente rastrear, fazer essa rastreabilidade fica bem difícil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO YOSHI - Os endereços são os que a gente tem, sim, mapeados: Panamby, Vila Mariana, Mooca.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MARCELO YOSHI – Todas as informações que forem públicas, de interesse público, não temos impedimento algum de fornecer cópia integral ao processo.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – A gente está em era de LGPD. Eu até peço para a Dra. Tatiana e o Dr. Gabriel até me complementarem tecnicamente, mas o que vocês tinham dito no início não era isso. Era que vocês tinham mandado um ofício perguntando as quantidades, os locais, *etc.*, e não cópia integral de autos. Mas agora, até, Secretário Gadelho, pedindo perdão, mas, até falando por sua pasta, mas complementando aqui as falas do Marcelo e da Rosana, eles vão verificar o número do CEI e a gente vai verificar juridicamente se é possível disponibilizar cópia integral desses autos.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – Mas, Presidente, em momento algum alguém havia dito que era cópia integral de processo. Eu prestei bastante atenção e anotei todas as perguntas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ANA CAROLINA LAFEMINA – Não, eu não vi o ofício. Vocês não me disseram qual era o teor do ofício. Vocês disseram que havia um ofício, mas não o teor dele, e não que era uma cópia integral dos autos. Mas o Secretário da pasta está do meu lado, e eu estou respondendo por ele e eu peço perdão, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Superado.

Eu vou pedir para que a Secretaria de Licenciamento, bem como a Secretaria de Subprefeituras, aqui representada, façam um parecer jurídico o mais rápido possível, para que a tenhamos segurança de que possamos transferir cópias integrais desses documentos. À luz da Lei de Proteção de Dados, hoje, nós sabemos muito pouco. Toda hora, todos os dias isso acontece e, de repente, dizem: “Opa, isso não pode. Isso pode”. Então, nós precisamos ter uma segurança, Secretária Carol, que hoje não só representa, mas que é a Secretária em exercício das Subprefeituras, acho que seria interessante termos isso e a Secretaria de Licenciamento Urbano também ouvir o Jurídico para que não incorramos em erro e, depois, termos outros problemas, já que se trata de atividade econômica e tudo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu também imagino, mas é uma sugestão, porque nós temos tido problema demais aqui com isso.

Tem mais alguma coisa? (Pausa)

Está presente também o Chefe de Gabinete da Subprefeitura do Butantã, Alessandro Di Carlo. Está presente? (Pausa)

Não havendo mais inscritos, indago se alguém, da Mesa, quer fazer mais algum comentário? Secretário Gadelho? Não.

Estávamos aguardando o Secretário Fabricio Cobra, para que fizesse o encerramento com a sua fala, em nome do Governo.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Desculpa, mas eu tive de descer para representar o Prefeito nas comemorações dos Cem Anos do Rádio, que o Vereador Eli Corrêa está fazendo. Peço desculpa, mas toda a equipe estava aqui e acompanhou.

Eu não peguei parte das falas, mas acho que o que a gente escutou é representativo daquilo que já foi falado. Eu acredito que o texto traz... é uma construção técnica realizada entre o Executivo e o Legislativo, para que a gente possa evoluir. E há grandes evoluções neste texto por conta da questão da incomodidade, que é a preocupação de todos que a gente tenha essas resoluções.

Eu não sei se os esclarecimentos foram feitos, com uma série de questões que foram colocadas, ainda com base no texto anterior, mas com relação à questão das que já estão em funcionamento, as que vierem, as futuras. Quer dizer, que as que estão em funcionamento têm de se enquadrar também nas questões da lei que vai ser criada. Terão um prazo de adaptação, mas elas têm de se adaptar.

Então, eu acho que tem uma série de questões em que a gente evoluiu bastante. É bastante restritiva a lei, uma série de obrigações, para que a gente possa buscar esse equilíbrio, esse fim da incomodidade que ficou muito claro nas audiências públicas que a gente realizou.

Agradeço, mais uma vez, o texto e justificando, mais um motivo, porque demorou um pouco, porque há divergências técnicas e há divergências jurídicas. Para vocês entenderem, por exemplo, neste texto nós estamos fazendo com que as atuais em funcionamento se enquadrem na nova legislação. Há divergência jurídica. Tem gente que entende que o texto não poderia abranger. Então, eu estou só comentando como, mesmo internamente, você tem divergências técnicas. Existe parte da equipe técnica que acha que não podemos submeter às atuais as regras novas. Mas estamos submetendo na lei, colocando isso na lei, mesmo algumas pessoas da área técnica achando que não é possível. Há essas divergências, por isso o texto precisou daqueles ajustes. Eles impactam outras leis, por isso foi importante...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – A da uma às cinco, nós até falamos depois da meia-noite, às sete...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Isso vai ser mudado.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – É que tecnicamente segue a lei que já existe,

porque quanto mais mudamos a lei... Da uma a cinco é a lei do bar, acho que a equipe técnica seguiu a lei de barulho. Mas são ajustes que vamos colocando na lei.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O que o Secretário Fabricio falou é que o artigo 147 da Lei de Zoneamento é bem claro quanto aos horários e esse da uma às cinco está lá, valendo para a cidade inteira e para tudo.

E eu disse agora há pouco que com 37 votos, quando está em plenário, nós poderemos fazer mudanças para essa atividade sem agredir a lei. Nós não precisamos derrubar uma lei para a cidade inteira. Com certeza esse é um dos assuntos que está aqui.

O que o Secretário Fabricio está dizendo é que vimos aqui alguns pontos discordantes, a gente se exalta e tal, mas nós estamos todos juntos. A Secretaria da Casa Civil está pacificando todas as secretarias que estão envolvidas nesse assunto e nem Finanças está aqui, que está envolvida também, porque tem que acompanhar a cobrança do ISS dessas atividades. Não há consenso entre as próprias secretarias, nós estamos tratando de uma atividade nova. Então o que o Secretário conseguiu trazer de texto, é tudo aquilo que deu para trazer. Nós ainda temos trabalho pela frente. Não há ninguém ainda convencido, totalmente seguro do que vamos votar.

Quero agradecer e dizer, Fabricio, que a sua presença na Secretaria trouxe um efeito moderador muito grande. Antigamente havia vencidos e vencedores, com o Secretário Fabricio na Casa Civil deixou de existir. Hoje acabamos encontrando pontos em comum, pelo menos nos projetos que votamos até agora. Não sai ninguém vencido daqui. Acabamos com situações muito mais próximas do que é bom para quase todos.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Sorte nossa de ter vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Não poderia deixar de fazer essa menção. Obrigado.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Sorte nossa ter Vereadores aplicados como vocês dois e os demais, claro. Mas pela questão urbanística, estão sempre presentes, como

vários.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Vereador Goulart, quer fazer sua fala?

O SR. RODRIGO GOULART – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa em nome do nosso Presidente, as moças em nome da Vereadora Sandra e todos os que mais uma vez estão aqui. Já há vários rostos conhecidos aqui das nossas audiências, das reuniões também. Quero cumprimentar todos os convidados em nome da Dona Miriam, que já me recebeu na Guararapes.

Como foi dito aqui por muitos, esse foi o texto que conseguimos na data de hoje. Vocês viram que nós inclusive suspendemos o início da reunião para que pudéssemos ter acesso ao texto que, até agora, está finalizado.

A audiência pública que protocolamos, tanto texto quanto demais emendas – não sei se a Secretaria consegue levantar quantas emendas há no projeto, mas acredito que mais de 20. Só de minha autoria são 14, inclusive as apresentei antes ainda desse texto do substitutivo. Já fui até cobrado por alguns de uma das emendas que eu havia proposto, mas para vocês saberem que no texto original estava ainda pior que na emenda.

Quanto ao texto apresentado, assim como vocês, nós ainda não nos sentimos totalmente contemplados. Mas já houve algum avanço. Se fosse por minha vontade e até por vontade de diversos outros Vereadores, nós já teríamos até votado essa lei, mas teve o recesso, o texto ainda não havia avançado, por isso tivemos de prorrogar um pouco as audiências.

Das emendas que eu apresentei, encaminhei a alguns amigos – não sei se todos estão aqui –, mas uma delas responsabiliza o empreendimento pela renovação e manutenção dos sistemas de exaustão. Tem também a questão da vigilância de todas as cozinhas dentro das *darks* e uma legislação específica de combate a incêndio, porque como várias outras partes desse texto, nós não criamos nenhuma nova regra de segurança ou de vigilância. Nós apenas deixamos claro que necessita do cumprimento das que já existem. Também a questão dos decibéis, que limita a emissão a 40 decibéis dos equipamentos para qualquer horário. Quanto a

isso, não estou inventando regra, é o mínimo que já existe no zoneamento. Obrigatoriedade de sanitário para os entregadores e também a questão do lixo. Proíbe o uso da calçada ou via pública para qualquer tipo de atividade, estende o horário de fechamento de uma a sete da manhã e também a exigência do laudo de projeto de exaustão atendendo à NBR para emissão da licença de funcionamento.

Acho que no texto já conseguimos um avanço muito grande com a questão dos cinco metros acima de qualquer empreendimento num raio de 25 metros. Outra questão muito importante é a exigência da coleta exclusiva. Vocês sabem que sou empresário do ramo de bar e restaurante, e qualquer tipo de restaurante tem a exigência da coleta de lixo exclusiva. Até agora nenhuma regra como essa havia sido prevista nas *darks*, mas uma emenda de minha autoria vai nesse sentido.

Temos ainda alguns detalhes para avançar. Eu espero que amanhã consigamos aprovar já em primeira votação para que rapidamente, e com a melhoria que for possível nessa audiência de hoje, com a participação do Executivo com o Legislativo e com cada um de vocês, que possamos colocar o melhor regramento possível a essa atividade, que já há dois anos perturba cada um de vocês que estão aqui. A cidade precisa sim dar uma resposta para um novo regramento dessa atividade que se expandiu ainda mais agora durante a pandemia.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO GOULART – Essa é uma das propostas. A senhora tem a sua, a senhora já falou, nós já falamos, cada um fez uso da palavra. Poderemos fazer os comentários logo depois, mas temos de respeitar o horário da audiência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Okay. Apenas para deixar claro que temos para amanhã 34 emendas nesse projeto.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, só um aparte. É importante deixar claro também o quanto nós já avançamos na questão da *dark kitchen* na cidade. Nós não estamos

onde queremos, mas deixamos de ter algumas obras, pelo menos duas, a da Vila Mariana e a do Panamby. Nós as suspendemos. Também sobrestamos até um novo regramento, o licenciamento de novas. Não é o mundo perfeito que todos nós gostaríamos, mas também não dá para deixarmos de expor o avanço que já tivemos. Ouvindo cada um de vocês, tendo essa interlocução entre Legislativo e Executivo, porque se não tivesse tido isso, nós continuaríamos com as novas. A da Pompeia já estaria funcionando e outras também, como a do Panamby, que já estaria construída. Por isso não há como nós negarmos o avanço que já tivemos, com todas essas audiências.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereador Goulart.

Para a sessão de amanhã, há 34 emendas no total, que serão discutidas e ainda haverá as discussões do projeto. E ainda poderá ser apresentado, sem inovações absurdas, nada que não seja novo, um terceiro ou segundo texto. Na votação da semana passada, havia dois textos já bem conhecidos e terminamos com um terceiro, que foi à sanção, relativo ao PIU Centro. Amanhã haverá um trabalho bastante longo pelo plenário, porque lá são 55 Vereadores ainda tratando do mesmo assunto.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente sessão.

Agradeço muito a presença de todos vocês e daqueles que nos assistiram também *on-line*.

Tenham todos uma boa tarde.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19476** DATA: **05/09/2022** FL: **58** DE 58
